

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
Coordenação de Políticas de Integração de Educação a Distância  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**DENISE PINHEIRO FONTES**

**MEMÓRIA HISTÓRICA NA MODALIDADE EaD: uma proposta de formação para  
professores do Ensino Fundamental.**

NATAL/RN  
2011

**DENISE PINHEIRO FONTES**

**MEMÓRIA HISTÓRICA NA MODALIDADE EaD: uma proposta de formação para  
professores do Ensino Fundamental.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Educação a Distância, pelo Curso de Especialização em Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Mestre Ariana Chagas Gerzson Knoll

NATAL/RN  
2011

**DENISE PINHEIRO FONTES**

**MEMÓRIA HISTÓRICA NA MODALIDADE EaD: uma proposta de formação para professores do Ensino Fundamental.**

Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de Especialista em Educação à Distância, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Mestre Ariana Chagas Gerzson Knoll .

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora

---

1<sup>o</sup> examinador

---

2<sup>o</sup> examinador

*Dedico este trabalho aos meus filhos e netos, como forma de mostrar a importância de se buscar constantemente o conhecimento.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ser o mentor espiritual que ilumina meus caminhos.

Ao meu companheiro Adalberto Jorge por entender os momentos de ausência em que não foi possível lhe dispensar a atenção que merece.

À Secretaria de Administração que através da Escola de Governo, teve a iniciativa de promover cursos dessa natureza, visando a qualificação profissional do funcionalismo público do Estado do Rio Grande do Norte.

À Universidade Federal do Paraná por me oportunizar adquirir novos conhecimentos, que nos coloca integrado com um contexto de um novo tempo.

Aos professores e tutores que me orientaram e acompanharam nessa trajetória, levando a conhecer novos desafios no processo de ensino e aprendizagem.

Aos colegas de curso, especialmente os do Kennedy, pela solidariedade nos momentos de dúvidas e pelas palavras de incentivo entre nós.

Aos amigos Iericê Duarte e Maria Suely Rodrigues, que não medem esforços para ajudar os colegas sempre que são solicitados, com boa vontade e disposição.

## MEMÓRIA

*Há pouco tempo atrás  
Aqui havia uma padaria,  
Pronto – não há mais,  
Há pouco tempo atrás  
Aqui havia uma casa  
Cheia de cantos, recantos,  
corredores,  
Impregnados de infância e  
encantos  
Pronto – não há mais,  
Uma farmácia  
Uma quitanda  
Pronto – não há mais  
A cidade destrói, constrói  
Reconstrói  
Uma árvore, um bosque  
Pronto – nunca mais.*

**(Roseana Murray)**

## RESUMO

A percepção ambiental e patrimonial que se espera de professores e alunos está vinculada à forma de como a escola sistematiza essa formação ao dar menor ou maior importância às questões dessa natureza. Este trabalho monográfico consiste numa reflexão sobre o papel da Educação ambiental e patrimonial no contexto atual e sua capacidade de operacionalizar programas curriculares significativos, que venham promover mudanças de comportamento, firmados em atitudes ecologicamente corretas, bem como adequar um curso presencial voltado para essas questões na modalidade EaD, visando a formação continuada de professores do Ensino Fundamental a partir do diagnóstico do público alvo. A proposição dos estudos, nessa modalidade, deve ser planejada com todas as prerrogativas necessárias para um funcionamento de qualidade, segundo os Referenciais de Qualidade de Educação Superior a Distância (HORTA, 1999). Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo numa abordagem qualitativa, por levar em consideração respostas descritivas obtidas pela caracterização do sujeito que foi pesquisado, dados da sua profissionalização, bem como informações a respeito do conceito que fazem sobre formação continuada e de estudos em Educação a distância, devidamente interpretados e apresentados através de quadros e gráficos. (PESCUMA e CASTILHO, 2005). A investigação teve como sujeitos professores da rede pública em pleno exercício de sala de aula, a fim de ser possível elaborar uma proposta condizente com a realidade dos cursistas (FREIRE, 2003). Tendo em vista se elaborar um curso de Extensão em Educação Ambiental e Patrimonial na modalidade a Distância, a ser oferecido pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, os resultados apontaram para uma clientela ávida por conhecimentos, buscando concluir a graduação, interessados na formação profissional continuada, reconhecendo a importância das mídias para o ensino e aprendizagem, desejosos em cursar pós graduação e dispostos a optar por cursos na modalidade EaD, embora não se sintam preparados para essa nova maneira de aprender, por não terem acesso aos recursos metodológicos e não estarem integrados ao seu manuseio. No entanto, essa última situação torna-se uma dificuldade, mas não inviabiliza a participação nos cursos, desde que tenham acesso a computadores e se adquiram conhecimentos básicos de interação com os recursos tecnológicos.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Educação Ambiental e Patrimonial. Educação a distância.

## ABSTRACT

The environmental perception and assets that are expected of teachers and students is linked to the school as a way of systematizing the training to make minor or major issues of this nature. This monograph is a reflection on the role of environmental education and equity in the current context and their ability to operationalize meaningful curriculum that will foster changes in behavior, attitudes forged in environmentally friendly, and fit a classroom course in facing these issues distance education mode, with a view to continuing education of teachers of elementary school since the diagnosis of the target audience. The proposition in this kind of studies should be planned with all the necessary prerogatives to a quality operation, according to the Benchmarks of Quality Distance Higher Education. (Hurt, 1999). For this purpose a survey was conducted field a qualitative approach, by taking into account descriptive answers obtained by the characterization of the subject that was researched, details of your professional as well as information about the concept of making and continuing education studies in Education distance, properly interpreted and presented through charts and graphs. (Pescuma and Castilho, 2005). The investigation was to subject public school teachers in the full exercise of the classroom in order to be able to prepare a proposal consistent with the reality of the course participants. (Freire, 2003). In order to elaborate an extension course in Environmental Education and Equity in the distance, to be offered by the Institute of Higher Education President Kennedy, the results pointed to a clientele eager for knowledge, seeking to complete the degree, interested in continuing vocational training recognize the importance of media for teaching and learning in graduate school graduate eager and willing to opt for courses in distance learning mode, although do not feel prepared for this new way of learning, because they lack access to resources not being integrated methodological and its handling. However, this last situation is a difficult, but not impossible to participate in courses provided they have access to computers and to acquire basic knowledge of interaction with the technological resources.

**Keywords:** Continuing education. Environmental Education and Equity. Distance Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Nível de Ensino dos Pesquisados .....	39
Quadro 2 – Tipo de Escolas .....	39
Quadro 3 - Escolarização .....	39
Quadro 4 – Idade .....	39
Quadro 5 – Sexo .....	40
Quadro 6 – Tempo de Docência .....	40
Quadro 7 – Pós-graduação .....	40
Quadro 8 – Desejo de Fazer uma Pós-Graduação .....	40
Gráfico 1 – Importância da Formação Continuada .....	41
Gráfico 2 – Local de Moradia .....	41
Gráfico 3 – Participação de Cursos à Distância .....	42
Gráfico 4 – Condições de Estudo.....	42
Gráfico 5 – Interesse em Cursos da EaD.....	43
Gráfico 6 – Reserva de Tempo para Estudos .....	43
Gráfico 7 – Condições de Estudos na EaD .....	44
Gráfico 8 – Domínio dos Recursos Tecnológicos.....	44
Gráfico 9 – Se tem Computador em Casa.....	45
Gráfico 10 – A Importância do TIC's na Sala de Aula .....	45

## LISTA DE SIGLAS

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
IFESP	Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy.
EA	Educação Ambiental.
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico.
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais.
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
TIC'S	Tecnologias da Informação e Comunicação.
ONGs	Organização não Governamental.
EaD	Educação a Distância.
PRA	Sociedade Rádio Educadora Paulista.
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira.
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
IFP	Instituto de Formação de Professores.
CNS	Curso Normal Superior.
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.
NEPE	Núcleo de Ensino e Pesquisa.
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
RN CAMINHANDO	Programa Brasil Alfabetizado.
MOODLE	Sistema de Gestão de Aprendizagem.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA</b> .....	<b>17</b>
1.1 PROGRAMA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	19
1.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	21
1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO .....	22
<b>2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL À DISTÂNCIA: INÚMERAS POSSIBILIDADES</b>	<b>25</b>
2.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A DISTÂNCIA .....	25
2.2 RECURSOS MUDIÁTICOS NA SALA DE AULA .....	28
2.3 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EaD .....	29
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>35</b>
3.1 DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA .....	38
3.2 ANÁLISE DOS DADOS .....	44
3.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....	49
3.4 PROPOSTA DO CURSO .....	53
3.4.1 DO CURRÍCULO .....	53
3.4.2 DOS ESTUDOS A DISTÂNCIA .....	55
3.4.3 DO PROCESSO AVALIATIVO .....	57
3.4.4 DA AVALIAÇÃO E CERTIFICADO .....	58
3.4.5 DO CRONOGRAMA DO CURSO .....	58
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>63</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>65</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>68</b>

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, em pleno Século XXI, nos deparamos com o aumento das catástrofes ambientais, na maioria das vezes resultado do desequilíbrio entre a natureza e o homem e nesse contexto para se obter respostas a estes questionamentos e compreender a dinâmica complexa que rege e comanda a ordem natural dos fenômenos, estamos sempre em volta com assuntos que tratam de temas dessa natureza.

As constantes discussões sobre questões ambientais nas escolas, comunidades, Ongs, universidades vem aumentando consideravelmente devido às eminentes circunstâncias devastadoras pelas quais o clima vem passando e pela necessidade de se ter consciência de que todas as pessoas devem se sentir envolvido para seu equilíbrio.

Deve-se considerar Patrimônio Cultural também os elementos da natureza, pertencentes ao meio ambiente, e por isso está reservado um olhar sobre essa temática neste trabalho. No segundo grupo, encontram-se os elementos relacionados ao saber fazer, às técnicas, ao saber constituído. E o terceiro grupo se refere aos bens culturais que, de uma forma geral, envolve: edificações; artefatos; músicas e danças; considerado, portanto, o objeto de estudo e de fato e que mais nos interessa na elaboração da proposta de curso, justamente por ressaltar conteúdos sobre bens patrimoniais de natureza material e imaterial.

Com relação a essa organização de elementos, podemos fazer uso das palavras de Lemos (2000, p. 9) quando diz que,

Foi o nosso mestre ocasional Hungues de VarineBoham quem nos fez encarar a problemática do Patrimônio Cultural de modo bastante abrangente, graças às suas definições emanadas de observações oportuníssimas de grande erudição aliada à necessária praticidade ao enfrentar os problemas de seu mister de assessor internacional da UNESCO nos lugares mais diversificados, especialmente os do terceiro mundo.

No Brasil, embora o Direito ambiental esteja assegurado em forma de lei, sua eficácia, em muitos casos, torna-se duvidosa mediante os entraves e interesses

econômicos, pela ausência de políticas públicas coerentes e pela falta de um corpo social organizado para fazer valer seus direitos. É possível se observar um aumento progressivo de trabalhos sociais que visem ao surgimento de hábitos sustentáveis, em favor do Patrimônio ambiental e cultural.

Entendemos que o papel da Educação ambiental e patrimonial deva dar conta de sistematizar programas curriculares significativos que venham promover nas crianças, jovens e adultos mudanças de comportamento, firmado em atitudes ecologicamente corretas, que venham valorizar ambientes naturais e edificado, bem como sua preservação.

O tema a ser abordado neste trabalho se propõe a configurar a composição de um curso na modalidade a distância que trata de questões ambientais, visando, sobretudo a formação continuada de professores da rede pública de ensino.

O interesse pela elaboração de um curso voltado para essa temática, através da modalidade EaD, se justifica por intermédio de duas vertentes: a primeira diz respeito às propostas curriculares que aparecem nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, sobre assuntos de cunho ambiental e patrimonial, que ora não condizem com o currículo real.

Sabemos que os temas relacionados a bens culturais estão sempre em evidência, aparecendo na mídia, em projetos sociais, mas percebe-se que nas escolas a temática é pouco abordada, tanto na escola pública quanto privada, segundo uma breve pesquisa realizada por ocasião da conclusão de um curso de Extensão. É apresentada de modo assistemático através dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), como temas transversais, quase que esporadicamente, lacunas entre o currículo formal e real, quando fica evidente que não se faz cumprir os conteúdos necessários relacionados a questões ambientais e culturais.

A segunda vertente nos remete à modalidade a distância, como meio de uma nova maneira de ensinar e aprender ao encurtar distâncias, dinamizar o tempo de estudo, além de ampliar as possibilidades educacionais de forma interativa e democrática. Como diz Moran (2004, p. 08), “a Internet e as novas tecnologias estão trazendo novos desafios para as universidades e escolas”.

Nesse sentido, a EaD diversifica suas atividades em ambientes virtuais de aprendizagem conectados à Internet, possibilitando diferentes linguagens no

processo de ensino e aprendizagem e interação entre os sujeitos que se envolvem nessas circunstâncias educativas.

Diante do exposto, a hipótese reside em acreditar na viabilidade dos cursos na modalidade EaD, a uma clientela que, em sua maioria, reside e trabalha nos diversos municípios do Rio Grande do Norte e que, por isso, precisam se deslocar dos seus locais de moradia para assistirem às aulas. Pelas circunstâncias apresentadas, evidenciam-se as vantagens de uma educação virtual.

A experiência na modalidade presencial se deu através de uma proposta de Extensão, com o título “Educação patrimonial: sustentabilidade da memória histórica”, curso oferecido pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, em 2008, direcionado a um público alvo de graduados, egressos e professores da rede pública, perfazendo uma carga horária de 120h, com aulas duas vezes por semana. O curso contou com uma equipe interdisciplinar de professores formadores em sua criação e elaboração, desenvolvendo uma proposta com conteúdos de várias áreas do conhecimento, de forma integrada e harmoniosa. Nessa condição, a proposição do projeto de intervenção, à época, foi elaborado pelos alunos como trabalho de conclusão do curso, o qual consistiu num estudo de uma área física de um bairro e, ao mesmo tempo, se observou como o local se apresentava ecologicamente, o seu aspecto histórico, registros fotográficos antigos, os estilos arquitetônicos que porventura se apresentassem no lugar, registros literários, histórias de vida, através da história oral - o que consiste num estudo da história através de depoimentos orais, no qual se obtenha informações da história do tempo presente e do passado (entrevistas, questionários).

As disciplinas oferecidas foram: História do acervo patrimonial; Patrimônio Histórico e Arquitetônico; Patrimônio e Literatura; Cartografia do Patrimônio Histórico; Patrimônio Ético-racial; Tecnologia e Patrimônio; Proposta Curricular para a Educação Patrimonial I e II. Os alunos se mostraram interessados tanto pelos conteúdos propostos como pelas metodologias empregadas e, portanto, ao se ter obtido bons resultados no processo avaliativo, entendeu-se ter alcançado os objetivos propostos.

Os capítulos a seguir servem como subsídios para que possamos refletir como adaptar assuntos relacionados a bens ambientais e patrimoniais de forma virtual.

O trabalho monográfico está dividido em quatro capítulos e seus subitens. A Introdução apresenta aspectos gerais da sistematização da Monografia, mostrando ao leitor o conteúdo da produção e o caminho a ser percorrido.

O primeiro capítulo "Educação Ambiental e Patrimonial como instrumento de Cidadania", ressalta a importância desse assunto no contexto atual, sua evolução no cenário mundial e nacional, a base legal da metodologia de Educação ambiental e patrimonial, bem como sua atuação nos programas curriculares das escolas e a projeção de possíveis resultados no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

O segundo capítulo, denominado por "Educação Patrimonial a Distância: inúmeras possibilidades" revela as condições atuais da oferta de cursos a distância, haja vista a abrangência dos recursos midiáticos e por isso ser capaz de chegar a locais distantes com agilidade, bem como pela ação pedagogicamente eficaz quando bem empregado, proporcionando um ensino significativo, sendo capaz de ampliar seu campo de ação devido aos meios tecnológicos em evidência, que promovem, durante o percurso, satisfatórios níveis de interação. Fica evidenciada ainda a importância da Educação patrimonial no meio educativo tanto no ensino formal e informal, pois através dessa educação é possível sensibilizar as pessoas a se sentirem parte da memória histórica, na qual estão inseridas, e a partir daí elas possam desenvolver sentimentos de preservação de bens culturais.

O terceiro capítulo intitulado "Procedimentos metodológicos da Pesquisa" contempla os procedimentos metodológicos que darão vida à pesquisa e tem como objetivo fornecer dados que venham indicar a possibilidade ou não de se ofertar o curso de Educação Patrimonial, na perspectiva à distância, na referida instituição de ensino. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de campo de natureza descritiva e qualitativa, na qual se obteve dados que trouxeram respostas à hipótese destacada, vislumbrando-se o alcance dos objetivos traçados os objetivos propostos. Dessa forma, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas a professores da rede pública, objetivando-se conhecer o perfil do público alvo que se acredita ser potencial para participar de cursos a distância. A análise dos dados se deu através de registros escritos, quadros, gráficos que evidenciaram a conclusão da pesquisa

O quarto capítulo compreende as considerações finais, no qual são apresentados os resultados obtidos na coleta de dados, à luz dos referenciais

teóricos que deram respaldo científico ao estudo. Além desses elementos, são tecidos comentários, apontada a literatura condizente, oferecendo sugestões que possam contribuir para com a temática, e apresenta-se uma proposta do curso de forma que venha traduzir a finalização do trabalho.

Assim, entende-se que o desafio consiste em ser possível oferecer cursos a distância, e que estes oportunizam a ampliação do campo de ação de forma pedagogicamente correta e que vislumbre reforçar o sentido de preservação de nossa memória histórica, na perspectiva de “conhecer para preservar”.

Diante do exposto, no qual fica evidenciada a relevância da temática, o objetivo esperado é tornar viável a proposição de um curso a distância, cujo título denomina-se “Educação Patrimonial na modalidade EaD: uma proposta de formação para professores do Ensino Fundamental à Distância”, a partir de uma experiência na modalidade presencial bem sucedida, ao se investigar as reais possibilidades de oferta a partir de um diagnóstico do público alvo.

Para tanto, estabeleceu-se as estratégias didático pedagógico de modo que seja possível alcançar a meta proposta, através dos seguintes procedimentos metodológicos: resgatar o processo histórico e a grade curricular do curso base na modalidade presencial; reorganizar a grade curricular e a proposta curricular para a modalidade EaD; realizar pesquisa de campo identificando e diagnosticando o público alvo para o curso; estruturar a proposta da modalidade EaD para o curso: “Educação Patrimonial na modalidade EaD: uma proposta de formação para professores do Ensino Fundamental à Distância.”

## 1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA

A valorização do Patrimônio cultural depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade.

(Luíz Antônio Bolcato Custódio)

Após a ressignificação do conceito sobre bens patrimoniais, em consequência da mudança da denominação de “Patrimônio histórico e Artístico” para “Patrimônio Cultural”, ampliou-se o sentido do que sejam de fato considerados bens culturais. Como resultado dessa conquista ficou estabelecido que Patrimônio Cultural não fossem apenas os bens móveis, representados por casarões, que pertenceram a famílias abastadas ou por edificações imponentes protegidas por instituições governamentais. Devem ser igualmente reconhecidos como bens patrimoniais as casinhas toscas, repletas de significados para determinada comunidade, ou também o patrimônio imaterial, considerado como representação do povo, como sendo tudo o que estiver emocionalmente envolvido com as manifestações populares, tais como: danças, músicas, alimentos, festas religiosas. Embora arguidos de subjetividade, representam os saberes e vivências significativas de uma determinada sociedade.

De acordo com Queiroz “nosso patrimônio vai muito mais além da matéria, se fazendo presente tantas outras formas de expressão cultural de nossa sociedade, de norte a sul do país”.

Assim, através do fortalecimento da memória individual e coletiva, reescrita a partir da história do cotidiano, que consiste em aproximar os diversos segmentos sociais ao objeto de estudo, estaremos trabalhando para criar um ambiente harmonioso entre passado e presente e o acervo cultural.

Essa nova concepção inclusiva se deu a partir dos anos oitenta, quando do surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação nas Universidades brasileiras, na área de História, inaugurando novas interpretações quanto ao ensino da disciplina, trazendo à tona uma importante revisão na historiografia desta área, o que intuiu uma nova proposta conceitual caracterizada como diversificada, global e inclusiva.

Segundo Horta (1999, p. 6), o conceito de Educação patrimonial se estabelece como sendo “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Nesse sentido e para atender aos anseios em defesa do patrimônio cultural, entra em voga a metodologia Educação Patrimonial que consiste numa ação educativa que investiga para conhecer melhor o ambiente onde se vive, aproximando os sujeitos de sua realidade local. Tornando-se, assim, um precioso instrumento do reconhecimento de nossas raízes étnicas bem como a valorização da memória histórica, contribuindo positivamente para a preservação de nosso acervo cultural. Através dessas ações educativas podemos intensificar essa metodologia nas escolas e comunidades a fim de que possamos desenvolver nas pessoas, especialmente as excluídas desse processo, o desejo de conhecer e reconhecer bens culturais e conhecendo cuidar de bens patrimoniais que devem ser considerado de todos.

Segundo as recomendações da UNESCO<sup>1</sup>, Patrimônio cultural imaterial é definido como sendo,

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos e artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (DIAS, 2004)

A partir dessas recomendações é possível perceber a dimensão que a Educação ambiental e patrimonial pode tomar quando as pessoas são envolvidas no processo cultural e compreende que faz parte de sua história e da história de seu povo. Essa metodologia aparece no cenário escolar como uma forte aliada para o ensino do meio ambiente cujo objetivo é alcançar as metas propostas ao longo do tempo que consiste em motivar alunos, comunidades, população em geral a

---

<sup>1</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) nasceu no dia 16 de novembro de 1945. A UNESCO trabalha com o objetivo de criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Este papel é primordial.

compreender a dinâmica do meio natural e edificado e, dessa forma, colaborar para uma vida com melhores condições.

Então, o que se entende por Educação ambiental? Com relação à legislação da metodologia Educação ambiental, a Lei n 9.795/99, que regularizou e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, sancionada pelo presidente da República em 27 de Abril de 1999, depois de anos de debate.

Para iniciar uma discussão sobre a evolução da política de educação ambiental, no seu lado mais amplo e patrimonial no aspecto mais específico, é necessário consciência para se conquistar um ambiente ecologicamente equilibrado. Contudo, a relação meio ambiente e cidadania nem sempre acontece de forma pacífica, pelo fato da constante movimentação de diferentes interesses sociais, políticos, econômicos, entre os atores que compõe a sociedade. Este viés será retomado mais adiante, quando refletiremos um pouco mais sobre o assunto. Por enquanto nos concentraremos em acompanhar o percurso que introduz a temática na realidade social.

A Revolução Industrial inglesa aconteceu por volta do séc. XVIII e provocou grandes transformações no modo de produção quando da substituição da energia física pela mecânica, ou seja, a troca da ferramenta pela máquina e da manufatura pela produção em série (COUTRIM, 2005). A partir deste período, intensificou-se o processo de agressão e destruição da natureza. Nessa perspectiva, se organizou a sociedade capitalista que nunca abriu mão de seus ideários para fazer valer um crescimento desordenado, enriquecimentos ilícitos, respaldado por um sistema econômico destrutivo e discriminador, pondo em risco o contingente populacional e a própria minoria dessa fatia social mais favorecida.

## 1.1 PROGRAMA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com o meio ambiente se deu concretamente por ocasião da Conferência de Estocolmo, ocorrido na Suécia, entre os dias cinco a dezesseis de Junho de 1972, quando os cientistas já detectavam graves problemas ambientais. A importância desse encontro se verificou pela definição do volume da população absoluta, registros concretos da poluição do ar e da exagerada exploração dos recursos naturais.

Em seguida, aconteceu um novo encontro na Iugoslávia em 1975, com pauta semelhante e que resultou na elaboração de um documento conhecido como “Carta de Belgrado”. O conteúdo deste documento consistia na erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação de uma nação sobre a outra. Foi neste encontro que se pôde refletir sobre as reais necessidades dos jovens, qual tipo de educação eles deveriam receber que correspondesse ao contexto da época. Nessas circunstâncias, percebe-se que novos padrões de comportamento surgiriam entre aluno/ professor, escola / comunidades e educação/sociedade.

Outro encontro significativo se deu em Tbilisi, em outubro de 1977, através de uma Conferência organizada pela UNESCO, que resultou na campanha sobre Educação Ambiental, na qual ficaram definidos seus objetivos, metas, estratégias nacionais e internacionais. Também não podemos deixar de destacar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio/92, cujo foco da questão concentrou-se na elaboração da Agenda 21, objetivando pontuar ações que servissem de parâmetro para definir políticas públicas, visando um desenvolvimento sustentável.

Com relação à sustentabilidade ecológica e sócio-econômica, espera-se que a noção de sociedade sustentável seja entendida pelas pessoas como uma nova postura com relação ao consumo, prática pouco exercida pela sociedade brasileira e que requer novos padrões de produtividade, monitorados e controlados, de modo que não haja exploração dos recursos naturais e que os diversos segmentos sociais zelem mais pela saúde e qualidade de vida das pessoas.

Nessa ordem, segundo o programa “salto para o futuro”,

O ponto de partida é a conscientização e sensibilização a respeito da magnitude do problema da degradação dos recursos ambientais do planeta e suas conseqüências sobre a saúde e o modo de vida humana [...] (DIAS, 2004)

Assim, percebe-se a dimensão que a Educação patrimonial pode tomar, quando as pessoas são envolvidas no processo cultural e compreendem que fazem parte de sua própria história e da história do lugar no qual vivem.

## 1.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, especificamente, é necessário saber que nenhuma das Constituições anteriores a 1988 determinou obrigações ao Poder Público, sobre penalidades administrativa, civil, penal, por um dano ao meio ambiente, nem tão pouco sobre o controle dos recursos naturais, proteção e recuperação de bens patrimoniais. Embora, a Constituição de 1934 fazer menção a “belezas naturais” como à água, solo, o ar e vegetação, somente em 1981, foi criada a Lei Federal nº 6.938/81, a qual definiu uma Política Nacional do Meio Ambiente, que reuniu todas as leis ao novo paradigma ambientalista.

De acordo com Dias (2009, p.57), a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, dedicou o Capítulo VI ao meio ambiente no Art. 225, Inciso VI, determinando ao “[...] Poder Público, promover a EA em todos os níveis de ensino. [...]”.

Nesse sentido, vê-se que são muitas as manifestações que ressaltam a preocupação entre o homem e a natureza, bem como a relação estreita que se estabelece entre um e outra. Nessa visão holística, aceita atualmente como um pensamento contemporâneo mundial, é preciso compreender que as boas condições de vida somente serão viabilizadas quando todos renovarem seus conceitos sobre desenvolvimento sustentável e cidadania. Segundo Freire (2003, p.81),

A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois. Desta forma, as relações entre seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que não apenas fazem a história deste mútuo fazer, mas, conseqüentemente contam a história deste mútuo fazer.

O conceito de cidadania retrata a condição de sujeitos cientes de seus deveres e direitos e participantes da vida social de seu lugar. Para Demerval Saviani “cidadão é, pois, aquela que está capacitado a participar da vida da cidade, e, extensivamente da vida social”. Entretanto, em muitos casos nem todos os atores

que fazem parte do meio social são contemplados com medidas coerentes, ficando à mercê de decisões tomadas para privilegiar determinados segmentos.

Pode-se considerar que alguns empreendimentos podem representar lucros e geração de empregos ao mesmo tempo em que poderá ser motivo de perda do imóvel, degradação social, erosão e outros problemas ambientais. Dessa forma o “Estado” no seu papel regulador certamente ao tomar decisões estará definindo quem ficará com os benefícios e quem herdará os custos. Portanto, como se vê, problemas ambientais não se caracterizam pela neutralidade. Segundo as informações do IBASE, (Instituto brasileiro de análise social e econômico) ao analisar 273 agressões ao meio ambiente através de uma pesquisa, (...) “constatou que em 50% desses, o agente responsável pertencia à esfera do capital privado, enquanto que 26% a empresas e órgãos da administração pública, pertenciam ao Estado” (QUINTAS 1995).

Dessa forma, fica explícita que a impunidade jurídica às elites, os apadrinhamentos políticos, a ineficiência educacional e desigualdades sociais, distorcem o sentido prático de cidadania e combater esse estado de coisas, tornando-se esse o grande desafio da sociedade brasileira.

### 1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO

Diante do exposto, adentrando no foco da questão que conduz esse estudo e apesar das propostas curriculares das escolas tanto públicas quanto privadas conterem em seus currículos conteúdos voltados aos problemas ambientais e patrimoniais de uma forma geral, o que se pôde observar após uma breve pesquisa realizada como trabalho de conclusão do curso de extensão na modalidade presencial, foi uma situação desfavorável quanto à existência de uma proposta concreta de sensibilização e sistematização de conteúdos e metodologias junto aos alunos, que os pudessem fazer entender a importância dos bens culturais e que da sustentabilidade da memória individual e social.

Desse modo, entende-se que toda a comunidade, mas em especial a escola, pode realizar um trabalho de ensino e aprendizagem significativo, através do uso apropriado da metodologia Educação Patrimonial, vindo a despertar interesse em assuntos que ative a memória local em toda sua amplitude. Ou seja, não basta

apenas ensinar a ler e escrever, mas, também, ensinar os conteúdos da história passada, relacionando-os ao contexto atual, ensinar a pensar de forma lógica. Faz-se necessário sensibilizar o aluno a reconhecer sua identidade cultural e de pertencimento na história do seu tempo presente, inserindo-se como parte integrante da memória social. Mas, como fazer bom uso desse instrumento educativo que integra, reúne desperta, interage, inclui saberes e sentimentos diversificados e integrados a um novo tempo?

Para tanto, é preciso levar em consideração as características da Educação patrimonial como sendo de natureza interdisciplinar, na qual se compõe por vários saberes, numa perspectiva artística, literária, arquitetônica, histórica, geográfica, tecnológica no sentido de uma formação plural, ética e global. Daí, reforçando os benefícios evidentes da Educação patrimonial, corroboro com as palavras de Ana Carmem quando diz que, “Ensinar o respeito ao passado, mais do que sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável. [...]”.

Dessa forma, a preocupação com a qualidade de vida vai exigir cada vez mais pessoas preparadas para lutar por uma sociedade na qual todos vejam e tenham seus direitos respeitados e sua história preservada, exercendo de fato a cidadania. Com a intenção de reintegrar os ideários da Educação patrimonial concretamente em 1997, foi lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais, determinando volume específico sobre o meio ambiente, demonstrando a importância de incluir as questões ambientais como tema transversal na prática de ensino. Conforme o que se registra, esses conteúdos devem contribuir para a formação de um sujeito crítico, preparado para decidir e atuar na realidade sócio-ambiental de modo a estar comprometido com a vida, com o bem estar da sociedade como um todo (BRASIL, PCN, MEIO AMBIENTE E SAÚDE, 1997).

No entanto, com relação à proposta curricular não é essa situação que encontramos nas escolas, pois nos deparamos com um ensino fragmentado e à mercê do interesse e disponibilidade de professores que muitas vezes não concebem importância a essas questões, como também não são cobrados a agir de forma incisiva, ficando uma interrogação ao tratamento dado a essa temática.

Nesse contexto, esperamos que o referido curso de formação continuada contribuísse para que o professor repense sua forma de conceber o meio no qual

está inserido e que mude suas atitudes para com esse meio e na escola na qual exerce docência, repensando sua função social e transformando seu desempenho junto aos seus alunos e à comunidade, a partir de reflexões e questionamentos sobre suas práticas, ampliação de seu campo de ação para além dos muros da escola, possibilitando um aprendizado condizente com as necessidades do tempo presente.

## 2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL À DISTÂNCIA: INÚMERAS POSSIBILIDADES

### 2.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A DISTÂNCIA

Para discorrer o percurso dos meios de comunicação desde os primórdios até os dias atuais, considera-se importante buscar os princípios que norteiam o início da escrita nos variados contextos e épocas e sua evolução com a informatização.

A história da escrita remonta da antiga Mesopotâmia, a mais de seis mil anos atrás, onde se desenvolveu a escrita pictográfica, representada através de figuras encontradas nas cavernas, conhecidas cientificamente como inscrições rupestres.

Em seguida, surgiram outros tipos de escrita. A denominada ideográfica se caracterizou pela representatividade da mensagem, ou seja, as figuras representavam uma idéia. Podemos citar exemplos de escritas ideográficas muito conhecidas como os hieróglifos egípcios, as escritas sumerianas, minóica e chinesa. A evolução se deu a partir do momento em que o meio de comunicação deixava de ser interpretado através de uma figura que representava uma idéia para ocorrer por intermédio de sinais (códigos linguísticos) que combinados entre si poderiam gerar significados e ser interpretados.

Dando continuidade, os fenícios, movidos por interesses comerciais, introduziram a escrita fonética, passando a ser denominada como escrita silábica, composta somente por consoantes. Exemplificando o uso desse modelo podemos citar a cultura árabe e o idioma hebraico que advém desse sistema gráfico, sendo este último com 22 transcrições fonéticas que influenciaram o sistema de transcrições grego (com a introdução das vogais) e latino (o qual originou o atual alfabeto latino).

Na idade média poucos sabiam ler e escrever e os “escribas” dominavam esse conhecimento e elaboravam os manuscritos que eram copiados pelos “copistas”, guardados nas bibliotecas dos mosteiros da época. Mais adiante se deu uma grande invenção que iria revolucionar os meios de comunicação, o surgimento da imprensa, criado pelo alemão Gutenberg em 1450.

Com a modernidade apareceram vários recursos midiáticos como o aparelho telefônico, telegráfico, rádio e televisão que transformaram o processo de

comunicação em leitura ouvida, vista e falada. Essas interações com a escrita e os vários tipos de leituras aproximaram cada vez mais as pessoas, facilitando as informações, e estreitando o mundo.

Nos dias atuais a escrita eletrônica rouba a cena e encanta seus usuários pela diversidade de informações que oferece, bem como pelo modo que se apresenta. Podem-se interpretar leituras através de palavras, imagens, sons, ações direcionadas pelo computador.

De acordo com o texto referência, Mídias na Educação, “em vez de parágrafos, o leitor pode ver cenas em um vídeo, observar uma seqüência de fotografias, ouvir uma narração oral ou escutar um fragmento musical”.

Como se pode ver abrem-se inúmeras possibilidades de se receber informações e as mensagens são transmitidas de diversas maneiras, fazendo com que seja ampliado o campo de interpretações por meio de variados códigos. O formato digital em livros e revistas já é uma realidade e essa tendência a qualquer documento, inclusive na utilização de bibliotecas num futuro próximo.

Nessa trajetória comunicativa, vamos adentrar um pouco na história das mídias de forma geral e para começar pretende-se iniciar com um pouco da história do Rádio. Tudo começou em Cambridge na Inglaterra, quando James Maxwell, professor de física, demonstrou a provável existência das ondas eletromagnéticas, descoberta do alemão Henrich Hertz, em 1887. Após essa data, com a realização de inúmeras experiências, o invento aperfeiçoou-se e se consolidou no mercado com a fundação da companhia de Rádio, fundada em Londres, quando se percebeu a abrangência e a importância desse telégrafo sem fio.

Com a evolução, alguns cientistas foram criando circuito que contribuía para o melhoramento do aparelho. A partir de 1893, através do Pe. Gaúcho chamado Roberto Landell de Moura foi possível a demonstração de vários aparelhos de Rádio ao público de São Paulo.

Nos Estados Unidos, depois de anos de estudos e perspectivas foi instalada em 1916, através de Lee Forest, a primeira estação-estúdio de radiodifusão em Nova York. Foi quando surgiu o primeiro programa de rádio do qual se tem notícia. A Westinghouse quase que por acaso instalou a radiodifusão, ao sobrar muitos aparelhos de rádio após a segunda guerra mundial, resolveu colocar uma grande

antena no pátio da fábrica para que todos ouvissem música e receber informes. Após esse ato, os aparelhos encalhados foram comercializados.

O percurso do Rádio no Brasil deve ser concedido a Edgar Roquete Pinto, professor e antropólogo que junto com Henrique Morize fundaram, em 1923, a primeira estação brasileira, conhecida como Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. No ano de 1922, teve início e foi criada a primeira transmissão radiofônica oficial brasileira. E entre tantas datas importantes, pelos feitos do rádio, destacamos o programa “a Sociedade Rádio Educadora Paulista” – PRA – criada em 30/novembro do mesmo ano. A contribuição do rádio ao sistema educativo sempre foi muito intensa. Teve início com o idealista Roquete Pinto, que sempre acreditou no potencial do rádio para difundir programas dessa natureza, pela abrangência, visando, sobretudo, melhorar o índice de analfabetismo o que foi bastante significativo para a época.

Em 1934, foi inaugurada a estação de Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, que socializava conteúdos sistematizados a alunos ouvintes e público em geral. Segundo o texto “Do impresso a hipermídia” em Mídias na Educação,

Os radios ouvintes matriculados recebiam, antecipadamente, as apostilas das aulas radiofônicas pelo correio ou na própria Rádio. Acompanhavam as aulas pela Rádio-Escola, resolviam as questões que estavam na apostila e remetiam pelo correio ou entregava na Rádio. Quando tinham dúvidas sobre os exercícios, comunicava-se com a Rádio-Escola por telefone, cartas ou visitas aos estúdios da Emissora.

Podemos constatar que já existia, naquele período, toda uma organização logística para atender àqueles alunos que precisassem de esclarecimentos sobre os conteúdos trabalhados.

Em 1936, o governo impossibilitado de manter a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sem mídia publicitária, resolveu ceder para o Ministério de Educação e Saúde, desde que a emissora permanecesse transmitindo programas educativos e culturais. A Rádio passou a ser conhecida como Rádio do Ministério de Educação e Cultura (RÁDIO MEC)<sup>2</sup>, dando início ao Sistema de Rádios Educativos no Brasil. É

---

<sup>2</sup> RADIO MEC – A emissora nasceu em sete de setembro de 1936, a partir de uma doação de Roquete Pinto ao Ministério da Educação. Ao doar, a pioneira rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao governo federal, o cientista exigiu que a emissora sempre mantivesse sua missão educativa-cultural.

importante saber que apesar de tantos outros recursos tecnológicos da atualidade, esta emissora de radiofônica ainda existe nos dias de hoje. É consenso que,

Os anos de 40 e 50 marcaram a chamada 'época de ouro' do rádio, quando o veículo além de atingir boa parte da população era uma fonte de informação com credibilidade mesmo fora do circuito das emissoras educativas, como ocorria com o Grande Jornal Falado Tupi e com o Repórter Esso. (Do Impresso a Hipermissão- Mídias na Educação)

Dessa forma é possível perceber a contribuição que o Rádio proporcionou a Educação no mundo todo e no Brasil, ensinando aos que não tinham condições de chegar à escola, informando os noticiários, estreitando as distâncias entre os povos.

## 2.2 RECURSOS MUDIÁTICOS NA SALA DE AULA

A utilização da televisão e do vídeo tem origem no cinema. Pouco tempo depois de sua criação, filmes educativos eram usados por professores para animar suas aulas. Os primeiros estados brasileiros a aderir ao cinema educativo foram: São Paulo; Rio de Janeiro; Paraná e Rio Grande do Sul. No início o cinema geralmente tinha caráter documental. Mas, logo em seguida, passou a ter utilidade educativa, especificamente para o ensino médico. Franceses e alemães foram os pioneiros nesse ramo. A microcinematografia possibilitou a observação de muitos fenômenos biológicos inclusive a movimentação dos microorganismos. O desenvolvimento da endocinematografia deu impulso ao estudo do interior do corpo humano beneficiando inúmeros profissionais da área.

Neste ínterim, vídeo e televisão estão estreitamente ligados. O vídeo é muito bem aceito socialmente, seu custo não é alto e conta com um mercado em expansão, haja vista ocorrer o aprimoramento do sistema tecnológico do som e da imagem. A televisão por sua vez é considerada o meio de comunicação mais popular dos recursos midiáticos e de um alcance extraordinário.

Nessa perspectiva, cada mídia vai se ajustando aos interesses de cada época de modo a dar conta das transformações sociais que vivemos constantemente. O poder de alcance da comunicação televisiva tem sido bastante eficaz no meio educativo devido à transmissão via satélite e recentemente numa nova versão a imagem digital.

Em 29 de junho de 2006, o então presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, optou pelo sistema de televisão digital, por ocasião da quinquagésima oitava reunião anual da Sociedade brasileira para o progresso da ciência, ocorrido no dia 16 de julho de 2006. Segundo informações do então secretário de Políticas em Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, Augusto Gadelha, o Brasil foi o primeiro país a pensar na TV digital como importante meio de inclusão social. Esta atitude sem dúvida contribuirá para o fortalecimento de programas de Educação à distância.

A TV digital tem sido apontada pela melhor qualidade de som e imagem, bem como pela capacidade interativa. Exemplificando, o telespectador de TV digital pode decidir por qual câmera ele prefere assistir a um jogo e responder a uma enquete através do controle remoto. A diferença entre o modelo analógico e o digital está na forma como são ativados os “pixels”, que consistem em pequenos feixes luminosos que projetam a imagem na tela. Na televisão tradicional, a transmissão ocorre através de ondas eletromagnéticas e os pixels são ativados pelos elétrons através de um tubo. No caso da TV digital, os pixels são ativados através de lâmpadas fluorescentes que contém plasma, um gás carregado eletricamente.

Esses procedimentos técnicos refutam em diferenças que se caracterizam no caso da TV digital, pelo aumento de resolução da imagem, com mais brilho e cor. Evita reflexos, fantasmas e chuviscos. Maior variedade de canais, possibilidade de recursos interativos, além de acessar capítulos anteriores.

### 2.3 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EaD

Educação a distância consiste numa modalidade de ensino que apresenta peculiaridades próprias, possibilitando que o aprendiz não precise estar fisicamente junto ao professor, como em uma sala de aula convencional. O aluno também deve ser capaz de gerir seu tempo para estudo, que se caracteriza pela separação temporal e espacial nas relações de ensino e aprendizagem.

No geral, a educação a distância sempre foi vista como um meio de superação de alguns alunos com defasagem educacional ou para facilitar o acesso à qualificação profissional de outros, através de cursos. Hoje em dia esse conceito vem mudando, dando lugar a outras possibilidades, que vem desde cursos a

distância para complementar o curso regular, tornando-se uma alternativa, como também quando considerado estudo à distância, com momentos presenciais que se complementam, a exemplo da Universidade Aberta.

A EaD obedece a certos princípios que fundamentam suas ações pedagógicas ao ter como referência concepções idealizadas nos quatro pilares da Educação do séc. XXI, publicados pela UNESCO, e que dizem: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e aprender a ser. Dessa forma, educação a distância passa a ter um papel importante na questão da aprendizagem ao propor momentos de interação que proporcionam nas pessoas habilidades que ativam esquemas mentais tão complexos, capazes de estimular a produção de conhecimentos concretamente.

De acordo com Valente (2008, p.33), “A formação de qualquer indivíduo, para viver e ser capaz de atuar na sociedade do conhecimento, não pode ser mais pensada como algo que acontece somente no âmbito da escola”. Educação a distância deve ser entendida como um recurso importante que auxilia o aluno a operar conscientemente suas ações e superar seus erros, a fim de conquistar acertos.

Historicamente alguns autores possuem diferentes concepções a respeito das etapas que caracterizam a Educação a distância e sua evolução. No entanto, será apresentada a seguinte sistematização histórica: ensino por correspondência; ensino multimídia; teleconferências e aulas virtuais na Internet. A primeira etapa já acontecia desde a antiguidade nas cidades gregas e romanas. Já havia naquela época redes de comunicação que propiciavam a troca de informações.

Nos séculos XVII e XVIII, com o advento da revolução industrial, as correspondências estavam sempre informando as inovações científicas, inaugurando, na época, um marco na educação a distância.

No século XIX, foram muitas as iniciativas que promoveram o ensino por correspondência. No entanto, foi a partir da metade do séc. XIX que a educação a distância teve início de forma institucionalizada. Em 1856, em Berlim, Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt fundaram a pioneira escola por correspondência visando o ensino de línguas. Muitos outros cursos surgiram com várias finalidades, tais como: cursos sobre medidas de segurança no trabalho de mineração; serviços de extensão universitária; formação de docentes para escolas dominicais. Na Suíça,

em 1898, Hans Hermod, ministrou cursos de línguas e estratégias comerciais, com sucesso, dando origem, em período posterior ao famoso Instituto Hermod.

Na idade moderna, ao final da primeira guerra mundial, a procura por educação foi muito intensa e novas oportunidades surgiram, confirmando a expectativa da época que anunciava que chegaria o dia em que o volume de instrução recebida por correspondência seria maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas, em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassaria o dos presenciais.

Diante do exposto, pode-se perceber que as estatísticas estão se confirmando, haja vista esta modalidade estar ampliando seu campo de ação nos últimos tempos. O aprimoramento do “correio” e dos meios de transportes deu ênfase à educação a distância, aumentando consideravelmente seu público.

No início do séc. XX, começou a ser utilizado o Rádio, bastante útil à educação, contribuindo de forma considerável ao desenvolvimento cultural e econômico dos países da América Latina, especificamente. A partir dos anos sessenta e setenta, a educação a distância passou a usar integralmente o áudio e vídeo, o rádio e a televisão, assim como o vídeo e o computador e mais recentemente o multimídia, que combina sons e imagens nas variadas linguagens, representados pelos hipertextos, munidos de alto poder de interação. A mediação entre aluno e professor ocorre através desses recursos tecnológicos.

No Brasil, nota-se que atrasos aconteceram na condução da EaD, uma vez que na época que sua atuação deveria deslanchar, o país vivia momentos de um governo autoritário, devido à ditadura militar, que terminou atrapalhando a ascensão desta modalidade de ensino. A partir dos anos setenta, no final do período ditatorial foram muitas as iniciativas voltadas para o ensino a distância em nosso país, como: I o Projeto Minerva; o ensino Supletivo e recentemente a Universidade Aberta do Distrito Federal (Lei 403/92).

A partir dos anos noventa, a educação a distância chegou ao ensino superior, englobando tanto a graduação como a pós-graduação. Com a expansão da Internet novas perspectivas surgiram beneficiando as condições para ampliar essa modalidade. Em seguida, foi criada a primeira legislação para Educação a distância no ensino superior. As bases legais foram determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, regulamentada pelo decreto nº 5.622, de 20 de

dezembro de 2005, o qual estabelece uma série de determinações reguladoras, padronizando os procedimentos em todo território nacional, objetivando uma educação a distância de qualidade.

No bojo das articulações legais, os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a distância, escreve-se como complemento as determinações da Lei nº 5.622. Embora não tenha a força de Lei, esse documento norteia as ações daqueles que exercem essa atividade educativa e define os requisitos necessários para se garantir a qualidade desta modalidade de ensino cujo objetivo se concentra em definir normas, diretrizes e critérios para instituições que oferecem esses cursos, bem como meta, zelar pela qualidade educativa nesta modalidade. Além de expandir a oferta de cursos, aprimorando seu fazer pedagógico, persegue a ampliação de alternativas de interação que ocorrem através dos meios tecnológicos, de modo que o aluno não se sinta sozinho nessa trajetória e possa desenvolver suas atividades sem constrangimentos, fazendo desses ajustes um referencial positivo dos cursos atualmente.

As repercussões sobre as discussões a respeito do destino da EaD, especialmente na última década, têm oportunizado reflexões cada vez mais amplas sobre essa modalidade educativa, quando se procura reescrever o papel da escola, do currículo, aluno, professor, gestor e da educação mediante uma situação caótica e insustentável do sistema educacional nacional, apresentada à sociedade pelos baixos índices de qualidade, anunciados pelo IDEB, (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Nesse contexto, por que optar por um curso a distância? Tentando responder a esse questionamento, vamos levantar algumas possíveis justificativas para se eleger um curso dessa natureza. Inicialmente é preciso ter consciência que a escolha de um curso a distância deve ser espontânea, partindo naturalmente da pessoa que irá cursar por opção. Segundo, alcançar o maior número possível de estudantes espalhados por este país extremamente extenso, guiados por um sistema educativo em crise, além de pessoas que necessitam cumprir seu percurso de formação que por um motivo ou outro não o realizaram, tende a viabilizar um mercado cada vez mais em expansão.

Outro fator importante é o uso constante dos recursos tecnológicos nos cursos a distância, por promoverem a interação entre aluno e tutor; aluno com aluno;

aluno com professor, ou seja, o aluno conta com muitas outras pessoas que poderão auxiliar nas atividades, durante o transcorrer do curso além de flexibilidade para organizar seus estudos de acordo com sua disponibilidade de tempo, bem como exercitar leitura e escrita associado a uma postura crítica e autônoma.

O exercício da autonomia torna-se um fator significativo uma vez que o aluno é levado a procurar superar suas limitações, pelo fato de gerir sua própria aprendizagem, fazendo com que a aquisição desses valores venha somar na finalização da formação pessoal. Esse exercício contínuo torna-se um ponto positivo, haja vista esta habilidade “autonomia” ser tão pouco orientada no seio familiar e fora dele, deixando uma lacuna no processo formativo.

Não se trata de uma disputa entre modalidade presencial ou à distância, porque se assim o fosse, estaríamos dividindo o que já não anda bem, que é o sistema educativo como um todo. Não é o caso, pois cada modalidade deve se prestar a contribuir uma com a outra, no intuito de trazer benefícios aos alunos de maneira geral.

Compactuamos com as palavras de Moran (2004, p.4) quando diz que,

Educar hoje é mais complexo porque a sociedade também é mais complexa e também o são as competências necessárias [...]. Precisamos repensar todo o processo, reaprendo a ensinar, a estar com os alunos, a orientar atividades, a definir o que vale a pena fazer para aprender, juntos ou separados.

Pois nessa perspectiva se torna importante que a sociedade como um todo, reveja a função social da escola, bem como o papel do professor neste processo contínuo de mudanças de paradigma e passe a cobrar atitudes politicamente viáveis das autoridades competentes, compatível com as necessidades atuais do meio social. Novamente (MORAN, 2004, p. 3) diz que,

Uma das tarefas mais importante das Universidades, escolas e secretarias de educação hoje é planejar e flexibilizar, no currículo de cada curso, o tempo de presença física em sala de aula e o tempo de aprendizagem virtual e como integrar de forma criativa e inovadora esses espaços e tempos.

O desenho do currículo e sistematização do tempo será apresentado detalhadamente no capítulo posterior. Nessa ocasião será contemplada a

concepção do curso, público-alvo; currículo, carga horária; cronograma; disciplinas; conteúdos com suas ementas, procedimentos teórico e metodológico, os procedimentos de pesquisa e os resultados obtidos pelos estudos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo trata dos procedimentos que foram utilizados para se desenvolver a referida pesquisa, a qual obedeceu às etapas necessárias e decorrentes do processo investigativo, desde a observação, passando pela aplicação dos instrumentos até a análise dos dados, que apontaram os resultados e responderam à hipótese estabelecida.

Na atualidade, são inúmeras as informações que recebemos constantemente advindas de variadas fontes sociais e nessa teia global, faz-se necessário testar a veracidade dessas informações ao mesmo tempo em que precisamos estar sempre nos atualizando de modo que possamos acompanhar as constantes mudanças científicas e comportamentais do mundo pós-moderno.

Nesse sentido, concordamos com as palavras de Pescuma e Castilho (2005, p.11-15) quando dizem que, “a necessidade de se desenvolver uma metodologia capaz de apurar, selecionar, elaborar, ordenar e sistematizar essa massa de informações e transformá-la em conhecimento. Esse é o objetivo da pesquisa”.

Portanto, a pesquisa tão em voga nos dias atuais tem como função tornar o conhecimento algo concreto, viável e funcional e por isso deve ser praticada no meio escolar desde cedo, como forma de aproximar a teoria da prática, o meio acadêmico aos contextos escolares e comunitários, ressaltar realidades, apontar soluções ao tornar essa prática em algo útil para a sociedade.

O objetivo da pesquisa consiste em se obter um diagnóstico sobre a possibilidade da oferta de um curso a distância no Instituto de Educação Presidente Kennedy, curso este que aborde assuntos voltados à Educação ambiental e patrimonial, objetivando sua viabilidade num aspecto específico da pesquisa que consiste na identificação do perfil do público alvo.

Pelas circunstâncias apresentadas que reforçam a necessidade da clientela de “ganhar tempo” diante dos afazeres que a vida moderna impõe como também o encurtar distâncias pelas facilidades que os recursos tecnológicos proporcionam, torna-se importante que a sociedade como um todo, reveja a função social da escola, bem como o papel do professor neste processo contínuo de mudanças de paradigma e passe a cobrar atitudes politicamente viáveis das autoridades competentes, compatível com as necessidades atuais do meio social.

O processo investigativo caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo que tem como fundamento ser permitido se observar a realidade a ser estudada de maneira como se apresenta e em seus diferentes tipos de pesquisa de campo, tais como: qualitativa descritiva, de natureza empírica por estar embutido no objetivo de se obter um delineamento do fenômeno; exploratória, por ter em vista se familiarizar com o ambiente a ser estudado, para num futuro se poder intervir na busca de se solucionar o problema e experimental, pelo fato de testar a hipótese que diz respeito à relação causa e efeito.

De abordagem qualitativa, por levar em consideração respostas descritivas obtidas pela caracterização do sujeito que foi pesquisado considerando-se, portanto, como subjetivas, embora sejam apresentados resultados através de quadros e gráficos para interpretação a seguir, além de o pesquisador manter-se em contato com o ambiente pesquisado.

De acordo com o professor José Joaquim Soares a vantagem da pesquisa de campo é que as teorias propostas podem ser validadas ou refutadas. Assim, com a utilização de técnicas de amostragem estatística, a pesquisa de campo permite o acúmulo de conhecimento sobre determinado aspecto da realidade, conhecimento esse que pode ser comprovado e utilizado por outros pesquisadores. A principal desvantagem da pesquisa de campo está no pequeno grau de controle sobre a coleta de dados e a possibilidade de que fatores desconhecidos para o investigador possam interferir nos resultados [...].

Diante do exposto, foi realizado um levantamento do público alvo através de um questionário composto por quatro itens, elencados da seguinte maneira: o primeiro item se refere ao tema da pesquisa, o qual foi denominado como: Memória Histórica na Modalidade Ead: uma proposta de formação para professores do Ensino Fundamental. O segundo item foi dividido em quatro subitens nos quais estão as caracterizações da escola na qual os professores pesquisados trabalham e os seus respectivos municípios, identificando o nível de ensino e a dependência do órgão provedor, como sendo Estado ou Município. O primeiro subitem nos revela os nomes das escolas, o segundo subitem os endereços das respectivas escolas. Vale salientar que só serão considerados a níveis estatísticos, apresentados através de quadros, os subitens 2.3 e 2.4, que tratam respectivamente do grau de ensino que os

professores entrevistados atuam nas escolas que trabalham e da dependência das escolas com relação a estado ou município.

Essa diversificação ocorreu porque os professores pesquisados fazem parte da Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica – PARFOR. Plano Nacional de acordo com o Decreto nº 6.755 de Janeiro de 2009,

O Plano é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação - MEC, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1999. A partir de 2007, os estados e municípios brasileiros, com a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, elaboraram seus Planos de Ações Articuladas - PAR, contendo diagnósticos dos sistemas locais e as demandas por formação de professores. Por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de 2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

Dessa forma, o MEC elegeu a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para conduzir o processo de implantação dos cursos oferecido na modalidade presencial e a distância.

Em seguida, no terceiro item com seis subitens foram descritas as características dos sujeitos da pesquisa no que diz respeito a ser ou não graduado (a), idade, sexo, tempo de docência, ter cursado ou não pós-graduação e se pretende fazê-lo.

Por fim, no quarto item, esses mesmos sujeitos responderam a dez perguntas com respostas fechadas que revelaram dados sobre questões ligadas a cursos na modalidade à distância propriamente dita. Essas últimas informações deram respostas aproximadas sobre o perfil do público-alvo, ressaltando alguns aspectos, entre os quais estão o conceito sobre cursos a distância; a importância da formação continuada; local da moradia; familiarização com a modalidade EaD; condições de estudo; o interesse por questões ambientais; tempo disponível para os estudos em EaD; adaptação ao modelo a distância; domínio dos recursos tecnológicos; acesso aos recursos midiáticos; e a concepção sobre o ensino das

TICs em sala de aula. Para tanto, faz-se necessário conhecer o perfil do público alvo para que se possa programar um curso coerente com a realidade da clientela.

### 3.1 DOS PROCEDIMENTOS DA COLETA

A etapa da coleta dos dados é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa e também deve ser bem planejada e executada. Nesta fase, as informações devem ser reveladas através dos instrumentos de pesquisa, transcritos, interpretados e analisados de acordo com o objetivo proposto. No caso da pesquisa de campo, foram utilizadas técnicas estatísticas que venham revelar elementos que darão sustentabilidade ao trabalho.

Portanto, é essencial que “os princípios gerais da elaboração de questionários e formulários convencionais sejam úteis para que os pesquisadores possam dominar os aspectos técnicos da concepção, da formulação e codificação”. (THIOLLENT, 1986, p.65)

A coleta dos dados da referida pesquisa se deu numa turma do 1º período do curso de Pedagogia, do PARFOR, com a maioria dos professores advindos de vários municípios do Estado do Rio Grande do Norte e poucos da cidade do Natal. Esses professores residem e trabalham em seus municípios, levando-nos a crer que esta situação pode favorecer o interesse em participarem de cursos a distância.

A turma é constituída por 32 alunos, dos quais 23 responderam ao instrumento de pesquisa, através de um questionário, com perguntas de múltipla escolha e outra parte com perguntas fechadas, composta por quatros itens assim denominada: Item (1) título da Monografia; Itens (2) dados das escolas; itens (3) dados dos professores e itens (4) informações sobre formação docente continuada.

A turma foi escolhida de forma intencional para que atendesse aos requisitos do projeto, pelo fato dos entrevistados serem professores em plena função do exercício da docência e pertencerem ao quadro do funcionalismo público.

Assim, seguem as ilustrações nos quadros abaixo:

**QUADRO 1 – subitem (2.3) Grau de Ensino**

<b>Grau de Ensino</b>	<b>Nº Professores</b>	<b>Percentual</b>
Ensino Fundamental	20	86,96%
Ensino Médio	03	13,04%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**QUADRO 2 – subitem (2.4) Tipo da Escola**

<b>Escolas</b>	<b>Nº de escolas</b>	<b>Percentual</b>
Municipais	21	91,30%
Estaduais	02	08,70%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

No terceiro item, revelam-se dados sobre a formação acadêmica dos professores entrevistados, distribuídos em seis subitens.

**QUADRO 3 – subitem (3.1) Escolarização**

<b>Nível de escolarização</b>	<b>Nº professores</b>	<b>Percentual</b>
Graduados	02	08,70%
Não graduados	21	91,30%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**QUADRO 4 - subitem (3.2) Idade**

<b>IDADE DOS PROFESSORES</b>	<b>Nº professores</b>	<b>Percentual</b>
Menos de 20 anos	0	0%
De 20 a 30 anos	10	43,48%
De 31 a 40 anos	12	52,17%
De 41 a 50 anos	0	0%
Mais de 50 anos	01	4,35%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**QUADRO 5 - subitem (3.3) Sexo**

<b>Sexo</b>	<b>Nº professores</b>	<b>Percentual</b>
Feminino	22	95,65%
Masculino	01	4,35%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**QUADRO 6 – subitem (3.4) Tempo de docência**

<b>TEMPO DE DOCÊNCIA</b>	<b>Nº professores</b>	<b>Percentual</b>
De 01 a 05 anos	09	39,13%
De 06 a 10 anos	08	34,78%
De 11 a 15 anos	04	17,39%
Mais de 15 anos	02	8,70%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**QUADRO 7 - subitem (3.5) Pós-graduado**

<b>Pós-graduação</b>	<b>Nº professores</b>	<b>Percentual</b>
Sim	02	8,70%
Não	21	91,30%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

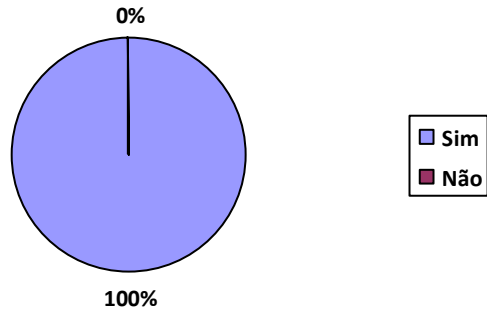
**QUADRO 8 – subitem (3.6) Desejo de fazer uma pós graduação**

<b>DESEJAM CURSAR PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>Nº professores</b>	<b>Percentual</b>
Sim	22	95,65%
Não	01	4,35%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

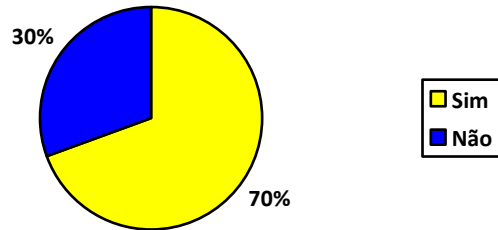
Dando continuidade ao processo de investigação, o item quatro contém 10 subitens, os quais mostram informações sobre formação continuada em Educação Ambiental e Patrimonial na modalidade a distância, no intuito de se traçar o perfil do público-alvo, para que se possa planejar um curso que venha corresponder aos anseios dos cursistas, apresentados nos gráficos abaixo:

**Gráfico 1 – Considera importante a formação continuada?**



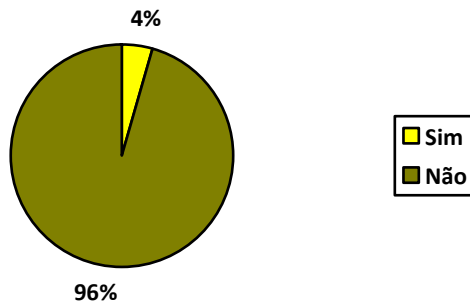
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 2 – Você mora em Natal?**



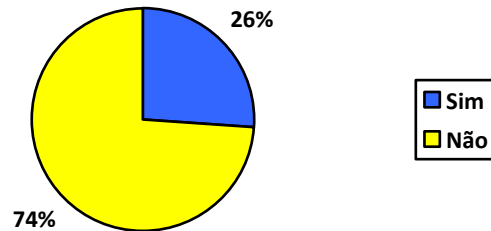
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 3 – Você participou de algum curso a Distância (EaD)?**



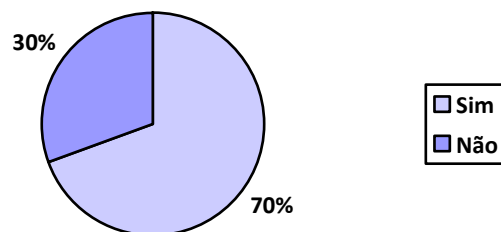
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 4 – Você conhece as condições de estudo dos cursos à distância?**



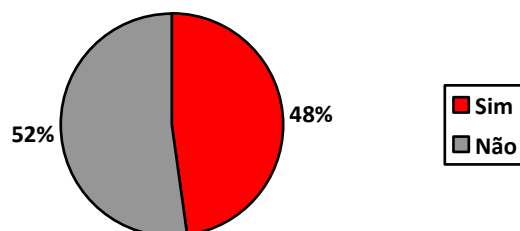
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 5 – Acha interessante participar de um curso de Extensão à Distância voltado para questões ambientais?**



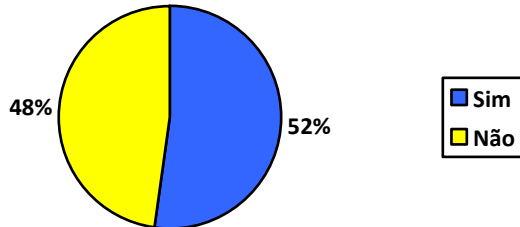
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 6 – Você teria condições de reservar um tempo diário para desenvolver suas atividades num curso à distância?**



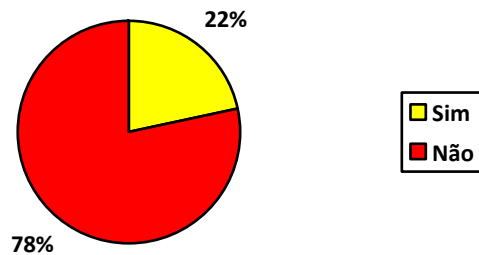
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 7 – Você participaria de um curso a distância em que precisasse estudar sozinho(a) apenas com a orientação do seu tutor na maioria das vezes?**



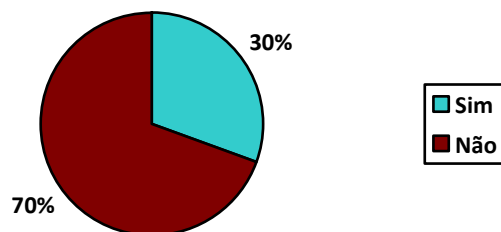
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011

**Gráfico 8 – Você domina os recursos tecnológicos?**



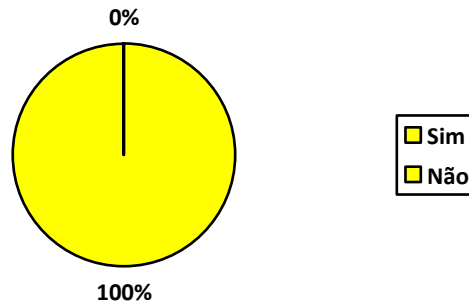
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 9 – Você tem computador em casa?**



Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011.

**Gráfico 10 – Você acha que o uso da TICs nas aulas contribui no processo de ensino e aprendizagem?**



Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de maio e junho/2011

### 3.2 ANÁLISE DOS DADOS

No primeiro momento serão evidenciados os dados da pesquisa que diz respeito às características pessoais e profissionais dos entrevistados e das escolas nas quais trabalham, ilustrados nos quadros de 1 à 8 dos procedimentos de coleta, que traduzem informações interpretadas da seguinte forma: referente ao nível de ensino que atuam os professores pesquisados pode-se observar que 20 profissionais atuam no Ensino Fundamental, correspondendo a um percentual de 86,96%, enquanto, apenas 13,04%, que corresponde a 03 profissionais exercem a docência a nível médio. (Quadro 1 ).

No que diz respeito à dependência da escola, constatou-se que dos 23 entrevistados, 21 estão lotados em escolas municipais, correspondendo a 91,30% e apenas 02 profissionais lecionam em escolas estaduais, que corresponde a 8,70% dos professores. (Ver quadro 2)

No terceiro item, revelam-se dados sobre os professores entrevistados, distribuídos em seis subitens. No tocante ao Subitem 3.1, constatou-se que 91,30% dos entrevistados, que corresponde a 21 professores não são graduados, enquanto

apenas 8,70% que corresponde a 02 professores têm graduação completa. (Ver quadro 3).

Com relação à faixa etária dos pesquisados, subitem 3.2, os professores entrevistados se encontram em maior número numa faixa etária entre 31 a 40 anos, que corresponde a 52,17%, e equivale a 12 profissionais. Não foi evidenciado nesta turma, professor com menos de vinte anos. Dessa forma, 43,48%, que corresponde a 10 profissionais se encontram numa faixa etária entre 20 a 30 anos; também não foi registrado nenhum professor na faixa etária entre 41 a 50 anos, embora apenas 01 professor, que corresponde a 4,35% tem idade superior a 50 anos. (Ver quadro 4).

No que diz respeito ao gênero dos professores, subitem 3.3, do universo pesquisado, identificou-se um público com 95,65%, que corresponde a 22 professores é do sexo feminino, enquanto que apenas 4,35%, que corresponde a 01 professor, do sexo masculino. (Ver quadro 5.)

O item que aponta o tempo de docência dos professores entrevistados, subitem 3.4, revela que 39,13%, que corresponde a 09 profissionais tem entre 1 a 5 anos de profissão; enquanto que 34,78%, que corresponde a 08 profissionais tem entre 6 a 10 anos; 17,39%, que equivale a 04 profissionais, tem entre 11 a 15 anos de experiência em sala de aula e apenas 8,70%, que corresponde a 02 profissionais se encontram com mais de 15 anos como professor. (Ver quadro 6).

A respeito de dados que indicam se os professores entrevistados cursaram pós-graduação, subitem 3.5, constatou-se que 91,30%, que corresponde a 21 profissionais não têm essa formação, enquanto 8,70%, que corresponde apenas 02 profissionais, contam com essa titulação. (Ver quadro 7).

No tocante ao desejo de fazer curso de pós-graduação, subitem 3.6, do universo pesquisado, 95,65%, que corresponde a 22 professores dizem que pretendem cursar pós graduação, ficando apenas 4,35%, o que equivale a 01 profissional, manifestou não ter vontade de ter essa formação. (Ver quadro 8).

No segundo momento, serão ressaltados dados do item (4) e seus subitens referentes ao conceito que os professores pesquisados fazem sobre formação continuada, educação a distância e estudos relacionados a Educação ambiental e patrimonial, bem como a importância dos recursos midiáticos em sala de aula, ilustrados através de dez gráficos, assim elencados:

O primeiro subitem (4.1) que trata da importância da formação continuada na vida dos profissionais da educação foi constatado que dos 23 entrevistados, 23 profissionais tem plena consciência da necessidade dessa formação, representando, portanto, 100% do universo pesquisado, com essa opinião. (Ver gráfico 1).

O segundo subitem (4.2), diz respeito ao local de moradia dos professores entrevistados. A pesquisa nos revela que 16 professores, o que corresponde a 69,57%, residem em cidades interioranas do estado do Rio Grande do Norte e apenas 30,43%, que corresponde a 07 professores moram na capital. (Ver gráfico 2).

O terceiro subitem (4.3) nos revela informações sobre a participação ou não dos entrevistados em cursos à distância. Os resultados apontam para os seguintes dados, que 22 professores, o que corresponde a 95,65% dos entrevistados, não vivenciaram esta modalidade de ensino e apenas 4,57, que corresponde a 01 professor, teve essa oportunidade. (Ver gráfico 3).

No quarto subitem (4.4), 73,91% dos entrevistados, que corresponde a 17 professores, não conhecem essa modalidade educativa, não sabem como funciona, nem as condições em que ocorrem as aprendizagens. Somente 26,09%, que corresponde a 06 professores, têm conhecimento sobre cursos a distância. (Ver gráfico 4).

No quinto subitem (4.5), 69,57% dos entrevistados que corresponde a 16 professores consideram interessante participar de cursos à distância relacionados ao meio ambiente, versus 30,43%, que corresponde a 07 professores que não se manifestaram a favor. (Ver gráfico 5).

No sexto subitem (4.6), 52,17% dos entrevistados que corresponde a 12 professores acreditam não ter tempo disponível para os estudos à distância e 47,83%, que corresponde a 11 professores, ao contrário, consideram ter tempo para estudar nessas condições. (Ver gráfico 6).

No tocante ao sétimo subitem (4.7), que retrata as condições de estudo na modalidade à distância, 52,17% dos entrevistados que corresponde a 12 professores dizem ter condições de desenvolver práticas de estudo na modalidade à distância, versus 47,83%, que corresponde a 11 professores dizem se sentir inseguros nesta tarefa. (Ver gráfico 7).

No oitavo subitem (4.8), que trata do domínio dos recursos tecnológicos pelos entrevistados, somente 21,74%, que corresponde a 05 professores dizem dominar os recursos midiáticos, ficando a maioria com 78,26%, que corresponde a 18 professores sem essa habilidade. (Ver gráfico 8).

No subitem nove (4.9), 69,57%, que corresponde a 16 professores dizem não ter computador em casa. Em contrapartida 30,43%, que corresponde a 07 professores contam com esse recurso tecnológico. (Ver gráfico 9).

No subitem dez (4.10) que diz respeito à importância que os entrevistados dão aos recursos midiáticos em sala de aula, 23 dos entrevistados, que corresponde a 100%, concordam com essa concepção. Nenhum professor se posicionou contrário. (Ver gráfico 10).

Nesta perspectiva, os dados revelam que, embora grande parte dos professores não serem graduados, dois desse universo tem pós-graduação. Mesmo assim, estão de volta à sala de aula, para obterem uma segunda graduação.

Nessas circunstâncias, pode-se constatar que a maioria se interessa em receber essa formação e apenas um professor pensa diferente. Isso mostra que alguns dos professores, desse grupo, têm interesse em investir na formação continuada.

Os professores pesquisados estão em sua maioria lotados em escolas municipais, uma vez que a maioria reside nos municípios onde estão localizadas as escolas em que trabalham. Para cursar Pedagogia, esses mesmos professores deslocam-se para Natal, a fim de participarem das aulas realizadas no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, nas sextas feiras e aos sábados. Esta é uma das características do programa PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica), receber alunos de diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte, profissionais que atuam, principalmente, no ensino fundamental e médio, na maioria, docência nos anos iniciais do ensino fundamental, como revelaram os dados desta pesquisa.

Assim, percebe-se que as normas estabelecidas na LDB, que diz respeito à obrigatoriedade de curso superior para lecionar, foram adiadas frente à impossibilidade de honrar os compromissos firmados. Com relação às informações colhidas através dos professores pesquisados, sobre formação docente continuada, obteve-se dados bastante animadores (gráfico 1) quando foi constatado que todos

os 23 professores consideram importante a formação continuada. Considera-se essa postura muito favorável, por se tratar de profissionais, com pouco tempo de trabalho docente e em alguns casos com formação acadêmica inicial incompleta. Nesse contexto, o ensino a distância se constitui uma relevante oportunidade para a conclusão e avanço na formação acadêmica.

No tocante ao local de moradia dos professores entrevistados, observou-se que a maioria reside em diversos municípios do estado, distante da instituição que oferece os cursos (gráfico 2). Esse aspecto nos leva a crer que realizar um curso a distância proporcionaria uma maior comodidade e ganho de tempo para esses profissionais da educação, podendo despertar o interesse nesses professores em participarem de cursos na modalidade EaD.

Outro fator revelador está relacionado ao conceito que o grupo faz de cursos a distância. As informações obtidas revelam que as maiorias dos professores nunca participaram de nenhum curso nessas condições de estudo. Somente um professor participou dessa experiência (gráfico 3).

De forma geral reforçando os dados da questão anterior, grande parte não conhece como funcionam os cursos na modalidade à distância, (gráfico 4). No entanto uma parte considerável dos professores pesquisados demonstram interesse em vivenciar cursos dessa natureza. (gráfico 5). Assim, faz-se necessário, proporcionar condições mínimas para que essas pessoas se integrem ao mundo virtual, concretamente e efetivamente. Como se vê, as instituições de ensino precisam rever seus papéis diante da sociedade pós-moderna, no sentido de se ajustar aos novos anseios sociais através do acesso aos conhecimentos necessários.

Na sequência, as análises das duas próximas perguntas, as quais se complementam, versa sobre a questão da flexibilidade dos cursos na modalidade EaD, como também das condições de estudos (gráfico 6 e 7). As respostas a esses itens foram similares, quando consideraram não serem capazes de administrar um tempo necessário para desenvolver estudos à distância, bem como demonstraram insegurança quanto à participação de um curso nesse formato.

Os dados obtidos, no item oito, são preocupantes, uma vez que, do universo pesquisado, poucos dominam os meios de comunicação virtual e muitos não possuem essa habilidade.

No item nove, constatou-se que a grande maioria, não tem computador em casa e isso se constitui um problema, porque dificulta um pouco a rotina de estudo que o aluno deve cumprir, bem como a interação com professores, tutores e colegas constantemente, mas não inviabiliza a participação desses alunos em cursos na modalidade EaD, desde que tenham condições de contar com um computador constantemente e se habilitarem a adquirir conhecimentos básicos sobre o manuseio dos recursos tecnológicos.

No último item, percebe-se que todos os professores participantes da pesquisa consideraram importante o uso das Tic's no meio educativo e especialmente em sala de aula. Por isso, acredita-se que eles percebiam a contribuição que os recursos midiáticos podem proporcionar a professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, é imprescindível, atualmente, tornar o currículo flexível, intercalando atividades que exigem a presença física do aluno em sala de aula com momentos à distância, na perspectiva de promover uma aprendizagem significativa.

### 3.3 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

Como o Instituto de Educação Superior Presidente no Kennedy – IFESP possivelmente será provedor de cursos em EaD, e que vem se preparando para essa nova atuação educativa, ao programar a documentação da base legal, que deverá estar contido no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); infra estrutura, ações pedagógicas; recursos humanos e financeiros na modalidade EaD, entende-se que se faz necessário conhecer a história dessa Instituição formadora, sua missão e função social ao longo do tempo.

O IFESP é uma instituição pioneira e referência no âmbito do Rio Grande do Norte e tem suas origens vinculadas à Escola Normal.

A Escola Normal foi criada definitivamente em 1908, através do decreto 178 do mesmo ano, objetivando restabelecer a Diretoria Geral da Instrução Pública, criar a Escola Normal de Natal e os grupos Escolares Mistos, no seio do processo de modernização que se iniciara na sociedade natalense, no início do século XX. Sendo

pioneira a modelar na formação docente do Estado do Rio Grande do Norte, constituiu-se no símbolo de uma nova época, no anúncio de uma sociedade que se pretendia inovar.

Na década de 30, o ensino normal sofreu algumas modificações, através de decretos avulsos, com vista a sintonizá-lo ao projeto de uniformização cultural e de centralização administrativa do governo federal, que incorporou como seus muitos dos elementos dos discursos e de todas diferentes agremiações, iniciadas na década de vinte.

Com a reforma Capanema (1935 a 1937), as Escolas Normais espalhadas pelo Brasil, receberam maior atenção, contribuindo em certa medida para diminuição das taxas de analfabetismo. Com esse intuito, foram criadas também as Escolas Regionais e os Institutos de Educação. Houve um esforço para fixar as diretrizes e as finalidades para o ensino normal, cabendo aos estados concentrar esforços e fomentar recursos para a aplicação dessas normais. O decreto Lei nº 684 (11 de fevereiro de 1947), que adaptou a Legislação Federal ao sistema de ensino normal, enquanto ramo de ensino secundário para prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas; desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.<sup>3</sup>

Para atingir a tais finalidades determinou três tipos de estabelecimentos diferentes para ministrar o ensino normal: o curso normal Regional; a Escola Normal e o Instituto de Educação.

O Instituto de Educação seria aquela Instituição na qual era ministrado o curso ginásial e os cursos próprios das Escolas Normais (Cursos Normais de 2 ciclos, o Jardim de Infância e a Escola Primária Anexa), além dos cursos de especialização de professor primário com habilitação de administradores escolares, entre outros.

No estado potiguar mostrava-se evidente a urgente necessidade por melhorias na educação pública em todos os aspectos possíveis de serem elencados: ampliação dos números de matrículas do ensino primário, melhorar as condições materiais e pedagógicas dos prédios escolares, melhorar e expandir a

---

<sup>3</sup> Texto retirado do Projeto do Curso Normal Superior, v. II, IFESP/Natal (RN), 2004 e adaptado pela professora do IFESP Maria de Fátima Pinheiro Carrilho para esse projeto.

formação de professores do Estado. E como medida urgente a edificação dos prédios do Atheneu Norte-Riograndense e a organização do Instituto de Educação, incluindo nesse a Escola Normal de Natal.

A Escola Normal de Natal iniciara o ano letivo em 1956, em um novo prédio em frente à Praça Pedro Velho<sup>4</sup> que passou a denominar-se Instituto de Educação, embora não contemplasse todos os requisitos de um Instituto de Educação. Instalou o que se destinava à Escola Normal, ao Grupo Modelo, agora com o nome Escola de Aplicação<sup>5</sup> e com o Jardim Modelo, anexo, reorganizando, o que se chamava uma Escola Normal, não um Instituto de Educação.

Entretanto, somente através da Lei 2.639, de 28 de janeiro de 1960, a Escola Normal de Natal tornou-se legalmente em INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, que continuou a funcionar no prédio em frente à Praça Pedro Velho, mesmo sendo insuficiente para comportar as exigências de tal instituição.

No governo de Aluísio Alves, em decorrência do convênio firmado com a SUDENE, MEC e USAID, obtendo financiamento da ALIANÇA PARA O PROGRESSO, foi construído um prédio, hoje IFESP, à Rua Jaguarari nº 2100, em Natal, cuja inauguração ocorreu em 22 de novembro de 1965, por ocasião da visita do Senador Robert Kennedy, com a denominação de INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PRESIDENTE KENNEDY, em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos da América, país com o qual foram firmados os convênios de financiamento.

O ciclo de reformas da educação brasileira, cujo marco principal é a Lei 5692/71 (BRASIL, 1971), que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, o Instituto de Educação Presidente Kennedy passou a ser denominado por Escola Estadual Presidente Kennedy – 1º e 2º graus, sob a autorização n 394/76, transformando o curso normal em umas das habilidades profissionais de 2º grau - Curso de Magistério.

Dando continuidade ao processo de transformação, em 1994, através da Lei nº 6573 (03/02/1994) a Escola Estadual Presidente Kennedy passou a denominar-se Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy (IFP), ministrando, inicialmente, o curso superior de Pedagogia que depois foi substituído pelo curso

---

<sup>4</sup> Prédio em que funciona hoje a Escola Estadual Anísio Teixeira.

<sup>5</sup> O que antes se chamava Grupo Escolar Modelo, agora passou a denominar-se Escola de Aplicação, que foi regulamentada pela Lei 2.171 de 06 de dezembro de 1957 (RIO GRANDE DO NORTE, 1957, [s.p]).

superior de professor de 1ª a 4ª séries do Ensino de 1º grau – licenciatura plena -, de acordo com a Portaria nº 69/96, do Conselho Nacional de Educação – (CNE). Iniciou-se, então, a sua história como instituição de ensino superior objetivando o redimensionamento do processo de formação docente no Estado do Rio Grande do Norte, já que o magistério (nível médio) não mais respondia satisfatoriamente às exigências de um ensino de qualidade.

O curso de Pedagogia/Formação de Professor de 1ª a 4ª séries do Ensino de 1º grau - licenciatura plena -, passou a funcionar em 1994 em caráter experimental, no IFP, sendo operacionalizado e administrado por este Instituto com o respaldo institucional da UERN. (Portaria ministerial nº 1.010/96) – D.O.U.(04/10/96). No prazo de cinco anos, de 1994 a 2000, formou 1001 professores do Ensino Fundamental, da rede pública estadual e de municípios da área metropolitana de Natal.

Para o processamento do trabalho de formação, que o Instituto vinha desempenhando, o IFP, tendo em vista o disposto nos Art. 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 (LDBEN) e na Resolução 1/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 1 de 30 de setembro de 1999), planejou a oferta do Curso Normal Superior – CNS – como sucessor do curso anteriormente ofertado em parceria com a UERN. Em reconhecimento à capacidade demonstrada e credibilidade conquistada pelo Instituto, o Governo do Estado, através da Lei nº 7.750, de 27 de outubro de 1999, resolveu conferir-lhe a competência de Instituição de Ensino Superior (IES) com a missão de, na forma da legislação em vigor, formar professores de licenciatura, de graduação plena, inclusive o Curso Normal Superior - CNS, além de outras atividades de profissionais de educação de nível superior.

Em 2004, para atender a uma demanda de servidores estaduais, o IFESP passou a oferecer novos cursos: Licenciatura em Língua Portuguesa e Licenciatura em Ciências – Habilitação em Matemática – com o entendimento de que o contexto educacional exigia professores para as disciplinas específicas, o Instituto assumiu essa formação.

Em setembro de 2007, o IFESP já havia formado 1405 professores graduados em nível superior e até dezembro formou mais 200 professores para atuarem na educação básica. Hoje, em 2011, o Instituto de Educação Superior

Presidente Kennedy – IFESP - ampliou mais ainda seu campo de ação, oferecendo o curso de Pedagogia-Licenciatura, em oferta normal e na complementação do curso anterior (Normal Superior); cursos de Extensão, Pós-Graduação Lato Sensu, e já conta com o Núcleo de Ensino e Pesquisa (NEPE), este último envolvido também com a oferta de programas federais de ensino, como por exemplo: o PARFOR; PROJOVEM (MEC). E programas estaduais: RN CAMINHANDO.

### 3.4 PROPOSTA DO CURSO

Os participantes do curso de extensão a distância provavelmente serão professores do sistema público de ensino, de vários municípios que compõe o estado do Rio Grande do Norte.

Ao final do curso, o perfil esperado do profissional se traduz em um sujeito capaz de perceber a importância das questões ambientais e, ao mesmo tempo dar conta de valorizar o acervo de bens patrimoniais que compõem nossa memória histórica, que reforça o sentimento de identidade de cada um; estimula o desejo de preservação do patrimônio cultural para futuras gerações, somado à necessidade de aprimorar cada vez mais conhecimentos acerca de recursos midiáticos integrados.

Para tanto, deverá conhecer diferentes mídias e se familiarizar com a tecnologia digital, identificando novas linguagens e compreendendo o potencial dos recursos tecnológicos para o processo de ensino e aprendizagem. Ser capaz de planejar situações de ensino focado no crescimento intelectual do aluno, assim como observar os resultados, que deverão estar explicitados na aprendizagem, visando, sobretudo a formação de um sujeito autônomo, criativo e participativo.

Por fim, perceber-se também como um sujeito ético e comprometido com os anseios do seu tempo, cuja meta deve ser se preparar sempre no sentido de obter uma melhor qualificação profissional.

#### 3.4.1 DO CURRÍCULO

O curso de Extensão denominado “Memória histórica na perspectiva à distância” terá duração de quatro meses e uma semana e prevê seu início no dia 06/03/2012 e término em 07/07/2012. A carga horária total destinada ao curso será

de 100h, distribuída em quatro unidades de estudo e prática, cada uma com 24h, exceto a unidade 1, que se apresenta com 28h, ou seja, quatro horas a mais, por ocasião da aula inicial. Ao final de cada unidade, haverá um encontro presencial, no local da Instituição provedora. O curso contará com oito disciplinas, com seus respectivos conteúdos e ementas de modo que serão ministradas duas disciplinas por unidade, ficando o material didático sob a responsabilidade do professor formador e a condução e mediação entre tutores e coordenador (a) do curso.

Os encontros presenciais acontecerão no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy, no qual todos os professores cursistas de diversos municípios se encontrarão aos sábados, para que não haja impedimento dos professores/alunos de comparecerem aos momentos presenciais, uma vez que todos trabalham durante a semana em suas respectivas escolas.

No primeiro encontro da unidade 1, durante uma hora, deverá ser apresentado e discutido o plano de curso, com objetivos e estratégias de ensino. Nos demais primeiros encontros de cada unidade, esse tempo será ocupado pela discussão e análise coletiva do que foi produzido pelo professor/cursista nas semanas anteriores. Nas três horas restantes, serão realizadas atividades introdutórias da unidade que se iniciará e um momento de sensibilização para os próximos estudos.

No encontro final da unidade quatro, como não acontecerá um estudo introdutório, por não ter mais outra unidade de estudo, esse tempo será aproveitado para a finalização do curso. Esse último encontro será destinado à síntese da unidade, bem como à sistematização e avaliação de todo o curso.

Na programação dos trabalhos presenciais acontecerão oficinas, trabalhos em grupo, apresentação/discussão dos assuntos abordados nos fóruns e atividade de avaliação formativa.

Tomemos como exemplo o demonstrativo a seguir:

#### UNIDADE 1

<b>Tipo de encontro</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>
Presencial	04h	Introdução ao curso e contextualização da unidade1

Estudos à distância	16h	Socialização das atividades e leituras da unidade 1
Presencial	08h	Síntese da unidade 1 e apresentação da unidade 2
Carga horária parcial	28h	

## UNIDADE 2

<b>Tipo de encontro</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>
Estudos à distância	16h	Socialização das atividades e leituras da unidade 2
Presencial	08h	Síntese da unidade 2 e apresentação da unidade 3
Carga horária parcial	24h	

## UNIDADE 3

<b>Tipo de encontro</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>
Estudos à distância	16h	Socialização das atividades e leituras da unidade 3
Presencial	08h	Síntese da unidade 3 e apresentação da unidade 4
Carga horária parcial	24h	

## UNIDADE 4

<b>Tipo de encontro</b>	<b>C H</b>	<b>Disciplina</b>
Estudos à distância	16h	Socialização das atividades e leituras da unidade 4, síntese e avaliação do curso.
Presencial	08h	Síntese e avaliação do curso
Carga horária parcial	24h	

## 3.4.2 DOS CURSOS A DISTÂNCIA

O curso está organizado por disciplinas, duas para cada unidade que contarão com quatro semanas para desenvolver estudos à distância, incluindo os momentos presenciais. Para dar apoio às atividades, serão oferecidos textos, apresentados por meio impresso e digital. O cursista deverá realizar as leituras e atividades auto dirigidas indicadas no curso on-line.

Os objetivos anunciados para dar respaldo aos conteúdos propostos giram em torno de:

1. Conhecer o acervo patrimonial do Rio Grande do Norte e da cidade do Natal;
2. Identificar diversos estilos arquitetônicos nos bens patrimoniais;
3. Conhecer alguns títulos do acervo literário local;
4. Mapear o percurso do patrimônio cultural através da representação gráfica;
5. Compreender as relações que se estabeleceram entre as diferentes etnias;
6. Promover conhecimento sobre o uso concreto das novas tecnologias como suporte no trabalho pedagógico;
7. Elaborar uma proposta voltada para questões ambientais, tendo como referência os parâmetros curriculares nacionais.

Para demonstrar a divisão das disciplinas, durante as unidades de estudo e práticas, é apresentado o quadro seguinte:

<b>Unidades</b>	<b>Temas</b>	<b>Integração com o trabalho pedagógico</b>	<b>Registrar</b>	<b>Ementa</b>
1	a) História do acervo patrimonial;  b) Patrimônio histórico arquitetônico	Projeto desenvolvido com os alunos cursistas;  Idem	Fórum  Idem	Conceitos e tipos de patrimônio: Noções de cultura, memória e identidade;  Leitura e apreciação de algumas obras artísticas (artes visuais, escultura, arquitetura, música e literatura) de diferentes estilos e épocas, refletindo sobre a importância sócio-cultural da arte na formação pessoal e profissional.
2	a) Literatura patrimonial  b)	Projeto desenvolvido com os alunos cursistas;  Idem	Fórum  Idem	Breve estudo dos acervos literários no espaço poético do Rio Grande do Norte, considerando-se o conjunto de escritores mais significativos. Contextualização de sua produção, pesquisa e leitura, bem como, criação de um acervo literário  Representações cartográficas do Patrimônio histórico do Rio Grande do Norte. Sustentabilidade da Memória histórica. Representações visuais e cartográficas do

	Cartografia do patrimônio Histórico			Patrimônio histórico e Cultural da cidade do Natal.
3	a) Patrimônio ético-racial	Projeto desenvolvido com os alunos cursistas;	Fórum	Estudo da contribuição ético-racial do negro e do índio no Rio Grande do Norte.
	b) Tecnologia e patrimônio	Idem	Idem	Aspectos teóricos e metodológicos do uso das tecnologias na educação. Práticas da utilização dos recursos tecnológicos em sala de aula. Alternativas metodológicas para inserção das tecnologias educacionais como instrumento do fazer pedagógico.
4	a) Propostas curriculares para educação patrimonial I	Projeto desenvolvido com os alunos cursistas;	Fórum	Revisão da teorização do currículo. O ensino do currículo na Universidade e sua aplicação no meio escolar.
	b) Propostas curriculares para educação patrimonial II	Idem	Idem	Proposta e elaboração de um projeto de Intervenção. Reajuste curricular para o Ensino Fundamental. Sistematização da apresentação do referido projeto pelos alunos, como conclusão de curso.

### 3.4.3 DO PROCESSO AVALIATIVO

No último encontro presencial será avaliado o curso como um todo, materiais de aprendizagem, a atuação do formador, o aproveitamento dos alunos e as condições materiais de realização dos trabalhos. Esse balanço final deverá servir para se refletir sobre o propósito do curso.

O curso será disponibilizado no ambiente colaborativo de aprendizagem “Moodle”. Os conteúdos propostos dividir-se-ão em unidades de ensino que se integram à atividade de caráter:

EXPERIENCIAL - que permite ao cursista conhecer/explorar as mídias como aprendiz;

ORGANIZATIVO - que possibilita ao cursista a oportunidade de se apropriar das mídias como recurso de ensino e aprendizagem, sistematizando conhecimentos;

OPERATIVO - orienta os cursistas a usar as tecnologias como meio de informação e comunicação;

INTEGRADOR - por auxiliar o cursista a compreender a importância da linguagem virtual na prática pedagógica.

#### 3.4.4 DA AVALIAÇÃO E CERTIFICADO

A certificação ficará sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e da Instituição provedora, no caso, o Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy. Entre os critérios estabelecidos para receber o certificado, 70% de presença do aluno cursista, apresenta-se como o principal critério. Para evidenciar essa situação, segue o quadro demonstrativo:

<b>Momentos de Avaliação</b>	<b>Atende</b>	<b>Atende em parte</b>	<b>Não atende</b>	<b>Total</b>
Presença encontros presenciais	50	25	0	75
Atividades	30	18	0	48
Auto avaliação	20	12	0	32
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>0</b>	<b>155</b>

Para finalizar a composição da proposta, será traçado o cronograma do curso, visando, sobretudo, deixar transparente o que se pretende oferecer ao se propor estudos nessa modalidade.

#### 3.4.5 CRONOGRAMA DO CURSO

##### **UNIDADE 1 – 06/03/2012 à 30/03/2012**

<b>Disciplina</b>	<b>C Horária</b>	<b>Período</b>	<b>Prof. Formador</b>
História do acervo patrimonial	08h	06/03 à 17/03	Denise Fontes
Patrimônio do acervo arquitetônico	08h	19/03 à 30/03	Gilmar Felix
Aula presencial	08h	31/03/2012	Denise / Gilmar

**UNIDADE 2 - 02/04 à 28/04/2012**

<b>Disciplina</b>	<b>C Horária</b>	<b>Período</b>	<b>Prof. Formador</b>
Literatura patrimonial	08h	02/04 à 14/04	Suely Rodrigues
Cartografia do patrimônio cultural	08h	16/04 à 27/04	Edilson Freitas
Aula presencial	08h	28/04/2012	Suely / Edilson

**UNIDADE 3 - 02/05/2012 à 26/05/2012**

<b>Disciplina</b>	<b>C Horária</b>	<b>Período</b>	<b>Prof. Formador</b>
Patrimônio ético-racial	08h	02/05 à 12/05	Mariza Araújo
Tecnologia e patrimônio	08h	14/05 à 25/05	Iericê Duarte
Aula presencial	08h	26/05/2012	Iericê / Mariza

**UNIDADE 4 - 04/06/2012 à 07/07/2012**

<b>Disciplina</b>	<b>C Horária</b>	<b>Período</b>	<b>Prof. Formador</b>
Propostas curriculares p/educ.patrimonial I	08h	04/06 à 16/06	Denise Fontes
Propostas curriculares p/educ.patrimonial II	08h	18/06 à 29/06	Denise Fontes
Aula presencial	04h	30/06/2012	Denise Fontes
Aula de encerramento	08h	07/07/2012	Todos professores

Neste contexto, acreditamos que a proposta esteja coerente com a realidade apresentada do público investigado, no qual ficou constatado em termos gerais, que se trata na sua maioria de profissionais que buscam sua primeira graduação, estão cientes da importância da formação continuada, desejam fazer pós graduação, se vêem dispostos a estudar através da modalidade EaD. No entanto encontram algumas dificuldades pelo fato de não dominarem completamente os recursos tecnológicos. Diante do exposto, essa situação, repito, torna-se um obstáculo, mas não impede a viabilização na participação desse público no referidos curso, desde que o aluno tenha acesso a um computador e se preparem para obter conhecimento básico para lidar com essas ferramentas virtuais.

É possível que seja o seu primeiro curso a distância. Se for este o caso, não precisa se sentir inseguro será uma nova experiência, a qual recomenda:

1. Propor objetivos para que o cursista estude;
2. Procurar fazer com que o cursista se aproprie do que seja ensinado;
3. Propiciar motivação;
4. Procurar criar uma rotina saudável para o desenvolvimento dos estudos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar de um curso de Especialização a distância constituiu-se num grande desafio, pelo fato de vivenciar situações inusitadas frente aos crescentes avanços dos meios de comunicação através da informatização. O domínio dos recursos tecnológicos pode parecer de fácil manuseio para as gerações mais novas, que já nascem envolvidos num contexto globalizado, mas para as pessoas com mais idade, aprender a conviver com espaços virtuais, torna-se algo desafiador. Sem dúvida, o sistema de ensino repaginou sua função social ao inserir os recursos midiáticos no cotidiano escolar trazendo à tona a necessidade de promover a inclusão dos profissionais da educação a essa realidade. Assim, a importância dessas tecnologias para o ensino e aprendizagem, fomenta a busca de novos conhecimentos nessa área. Dessa forma este curso conseguiu ampliar o uso de novas ferramentas virtuais, redimensionando consideravelmente o campo de atuação frente às opções disponíveis para a prática docente. Além disso, consiste num investimento na formação continuada, que visa valorizar os saberes profissionais, fazendo com que os docentes se tornem mais aptos e seguros no desempenho de sua profissão

A pesquisa realizada esta inserida como parte da proposta do curso, não se revelando como um problema propriamente dito, nem situação problema, apenas vislumbrou-se a possibilidade da criação de um curso a distância a ser oferecido pela Instituição de Educação Superior Presidente Kennedy. O foco da pesquisa centrou-se em conhecer o público com perfil que mais provavelmente se adaptaria em participar de estudos nessa modalidade de ensino, haja vista a clientela residir e nos diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte.

Existem pesquisas que não se constituem exatamente num problema ou situação problema. O objetivo da investigação foi analisar as condições da proposição de um curso na modalidade a distância, começando por um diagnóstico do público alvo. Entretanto, o resultado da pesquisa demonstrou algumas dificuldades quanto à participação desse público em cursos dessa natureza, fato que confirmou e refutou ao mesmo tempo a hipótese inicial. Na primeira situação a

hipótese se confirmou pelo fato de ser uma clientela que aprovou os estudos nessa modalidade por morarem em municípios do Rio Grande do Norte e terem que se deslocar todo final de semana à Natal para assistirem aulas no Instituto. Na segunda situação, contrariou as expectativas devido o despreparo por parte dessa clientela diante os recursos tecnológicos e pelo fato de muitos nem se quer ter em suas casas um computador. Essas revelações se tornam empecilhos aos estudos dessa modalidade, mas não se torna inviável a realização do curso, desde que os alunos tenham acesso a um computador e um servidor como a Internet.

Analisando o curso de Educação a distância de modo mais amplo e mais restrito, posso dizer que foi muito bem planejado, os professores e tutores são preparados para exercitarem a interação entre os atores que compõem o curso e as unidades didáticas vivenciadas nos momentos presenciais foram bem aproveitadas. O material impresso é de excelente qualidade, principalmente quando nos oportuniza buscar novas informações em outros sites e vídeos, tanto quanto as articulações entre um módulo e outro, não deixando haver dispersão entre os diversos conteúdos. O custo/benefício do curso foi positivo, possibilitando capacitação adequada frente aos desafios tecnológicos, fazendo com que os profissionais se tornem antenados com o hoje. Além disso, nos oportunizou praticar uma nova maneira de exercer a docência, abrindo novas possibilidades de trabalho e um mundo vasto a conquistar para que as aulas se tornem mais interessantes.

Ao longo do processo investigativo, pôde-se conhecer todas as etapas de uma pesquisa científica desde a observação “in loco” até o uso de uma literatura condizente com os objetivos propostos, que pudesse fundamenta as ações frente à situação investigada, seguido pela análise dos dados e pelo resultado revelado. Fazer pesquisa é poder trazer uma situação vista de forma subjetiva para uma situação concreta. Somado a isso, o ato de estudar sobre diversos assuntos, comparar, refletir, intuir sobre os conteúdos e poder escrever sobre o estudado de forma sistemática, faz com que se possa sentir parte desse processo de construção e autora de nossa própria história.

A única crítica pertinente ao programa do curso diz respeito à parte estritamente pedagógica ao sentir falta de mais exercícios no espaço “Moodle”,

ambiente apropriado para a elaboração de cursos, através de uma equipe multidisciplinar. Durante todo o curso, os alunos só entramos no espaço, uma única vez, para inserir links, vídeos, ficando esse ponto com fragilidades. Penso que o programa deveria oportunizar essa função a cada módulo estudado, como meio de aprimorar essa habilidade.

Revelado caminho das pedras, a expectativa após o término desse curso, é poder usar os conhecimentos adquiridos de forma concreta, por entender que Educação a distância veio otimizar o sistema educativo frente as dificuldades de tempo e espaço nos dias atuais. A expectativa do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy com seus formadores que participaram deste curso de Especialização e com outros que já possuem essa formação é de implantar em 2012 cursos na modalidade a distância, começando por cursos de extensão. A diretora da Instituição encontra-se bastante motivada ao dar apoio a essa iniciativa. Cientes de podermos contar com a colaboração da UFPR, agradecemos por essa formação.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Eudes Arrais et. al. **Patrimônio Cultural e Educação**: artigos e resultados. Goiânia: UFG, 2008.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: meio ambiente saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997. V. 9.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Sociedade e educação patrimonial**. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php?id=131>>. Acesso em 14.Jan.2008. – revista 3 jan/fev/2006.

COUTRIM, Gilberto. **História global**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIAS, Genivaldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004. Pg.[200].

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HISTÓRIA DA ESCRITA. Disponível em: <[http:// webduc.mec.br/mídiaseducação](http://webduc.mec.br/mídiaseducação)>. Acesso em: 08 jun.2008.

\_\_\_\_\_. Disponível em:<<http://webduc.mec.br/mídiaseducação>>. Acesso em: 20 jun.2011.

HORTA, Maria de Lourdes P.&GUTEMBERG, Evelina & MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999, p. 6.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000 (Coleção primeiros passos, 51).

MORAN, José Manoel. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias**. Curitiba: Champagnat, 2004.

PESCUMA, Derma; CASTILHO, Antonio Paulo F. de. Pesquisa: conceituação e níveis. In: \_\_\_\_\_. **Projeto de pesquisa o que é? Como fazer?** São Paulo: Olho d'Água, 2005.

Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>>. Acesso em: 16 maio.2011

QUEIROZ, Moema Nascimento. **A educação patrimonial como instrumento de cidadania**. Disponível em: <[www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=3562](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562) - Acesso em: 08.abr.2008.

QUINTAS, José Silva & GUALDA, Maria José. **A formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental**. Brasília: Ibama,1995. Doc. mimeo.

RIO GRANDE DO NORTE, IFESP. **Educação Patrimonial**. Natal, RN: IFESP, 2009.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **Tecnologias da educação: ensinando e aprendendo com as TICs; guia do cursista**. Brasília: MEC/SED, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Ética, Educação e Cidadania**. Disponível em:<<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebl/saviani.pdf>>. Acesso em: 15 maio .2011.

SOARES, José Joaquim. Disponível em: <http://search.babylon.com/?q=pesquisa+cient>. Acesso em: 25 jun.2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

VALENTE, José Armando. Aprendizagem continuada ao longo da vida o exemplo da terceira idade. In: SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **Tecnologias da educação: ensinando e aprendendo com as Tic's**. Brasília: MEC/SED, 2008.

## ANEXOS A - OFÍCIO PARA A DIREÇÃO DAS ESCOLAS

Pró-reitoria de Graduação  
 Coordenação de Políticas Universidade Federal do Paraná  
 Integradas de Educação a Distância  
 Especilaização em EaD

### ANEXO A – OFÍCIO PARA A DIREÇÃO DAS ESCOLAS

Curitiba (PR), de de 2011.

Senhor (a) Diretor (a)

Solicitamos a vossa senhoria a colaboração no sentido de conceder autorização para que nossa aluna Denise Pinheiro Fontes possa proceder junto a esta Instituição, a coleta de dados de sua pesquisa, intitulada "MEMÓRIA HISTÓRICA NA PERSPECTIVA Á DISTÂNCIA".

Informamos que o termo de autorização se encontra em anexo.

*Ariana Chagas Gerzson Knoll*  
 1/R 2580369  
 CIPeAD/UFPR

Profa. Orientadora Ms. **Ariana Chagas Gerzson Knoll**

*Autorização concedida  
 Maria de Fátima Pinheiro Carrilho  
 Natal, 20/06/2011*

Maria de Fátima Pinheiro Carrilho  
 Diretora Geral  
 CPF: 898.156.294-68

## ANEXO B - CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS PROFESSORES QUE PARTICIPARÃO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Pró-Reitoria de Graduação  
Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância  
Especialização em EaD

Pesquisadora : Denise Pinheiro Fontes

Orientação: Profa. Ms. Ariana Chagas Gerzson Knoll

*Esta pesquisa destina-se aos professores que ensinam os anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública do estado do Rio Grande do Norte, que tem como proposta inicial a criação de um curso a distância sobre História local, através da metodologia de Educação Patrimonial.*

Certo de contarmos com sua colaboração, agradecemos antecipadamente.

### ANEXO B - CARTA DE APRESENTAÇÃO AOS PROFESSORES QUE PARTICIPARÃO DA ENTREVISTA

Curitiba, (PR), de 2011.

Prezados professores,

Para a elaboração da nossa monografia, enfocando a metodologia Educação Patrimonial, em um curso na modalidade a distância (EaD), necessitamos de informações acerca da viabilidade do referido curso..

Sua colaboração será de grande relevância, pois dela dependerá o êxito da nossa pesquisa. Sua participação é voluntária. Sua identidade não será divulgada e o fato de você participar da pesquisa não lhe acarretará qualquer dano moral.

Acrescentamos, ainda, que as informações obtidas serão utilizadas unicamente no estudo da referida pesquisa.

*Denise Pinheiro Fontes*

Pesquisadora

*Ariana Chagas Gerzson Knoll*  
R 2580369  
CIPeAD/UFPR

Ms. Ariana Chagas Gerzson Knoll – Orientadora

## ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA APLICAR O QUESTIONÁRIO NOS PROFESSORES



Universidade Federal do Paraná Pró-reitoria de Graduação Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância Especialização em EaD
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### TERMO DE CONSENTIMENTO

**Título provisório da Pesquisa:** "Memória histórica na perspectiva à distância.  
**Aluno Pesquisador responsável:** Denise Pinheiro Fontes -**Professora-orientadora:** Ms. *Ariana Chagas Gerzson Knoll*

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado (a) que estarei participando voluntariamente de um estudo de cunho acadêmico, que tem por objetivo \_\_\_\_\_ Entendo que sou livre para recusar minha participação nesta pesquisa ou para desistir a qualquer momento, bastando para isso, informar minha decisão ao pesquisador.

Estou ciente de que a coleta de dados e os resultados gerais obtidos por meio desta pesquisa serão utilizados a fim de alcançar os objetivos deste trabalho, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.

Como meu anonimato será preservado por questões éticas, confirmo estar sendo informado (a) por escrito dos objetivos deste estudo científico. Feito em duas vias, uma cópia deste termo de compromisso ficará com o pesquisador responsável e outra me será fornecida.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

*Denise Pinheiro Fontes*  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Aluno Pesquisador Responsável

Maiores informações com: telefone: (    ), e-mail: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO APLICADO NOS PROFESSORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Pró-Reitoria de Graduação  
Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância  
Especialização em EaD

Pesquisador : Denise Pinheiro Fontes  
Orientação: Profa. Ms. *Ariana Chagas Gerzson Knoll*

O presente instrumento faz parte de uma pesquisa a ser desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Especialização à Distância, oferecido pela Universidade Federal do Paraná e tem por finalidade realizar um levantamento de dados que venham apontar a viabilidade de se ofertar um curso de Extensão à Distância.

Para tanto, elegemos para serem sujeitos da pesquisa professores da rede pública, visando obter informações que apontem as características do nosso público alvo. Portanto, contamos com sua colaboração! Responda SIM ou NÃO nas questões abaixo.

<p><b>1 – TÍTULO PROVISÓRIO DA PESQUISA:</b> Memória história na perspectiva à distância.</p>
<p><b>2 – DADOS DA ESCOLA:</b></p> <p>2.1 – Nome _____</p> <p>2.2 – Endereço _____ nº _____ Bairro _____</p> <p>2.3 – Grau de Ensino: Fundamental ( ) Médio ( ) Ambos ( )</p> <p>2.4 – Dependência: Estadual ( ) Municipal ( )</p>
<p><b>3 – DADOS DO(A) PROFESSOR(A)</b></p> <p>3.1- Tem graduação: ( ) sim ( ) não</p> <p>3.2 – Idade: Menos de 20 anos ( ) 20 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 50 anos Mais de 50 anos ( ).</p> <p>3.3 – Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )</p> <p>3.4 – Tempo de docência: 1 a 5 anos ( ) 6 a 10 anos ( ) 11 a 15 anos ( ) mais de 15 anos.</p> <p>3.5 – Fez pós-graduação ( ) sim Não ( ).</p>

3.6 – Pretende fazer pós-graduação ( ) sim ( ) Não

**4. INFORMAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA.**

4.1 – Considera importante a formação continuada?

( ) Sim

( ) Não

4.2- Você mora em Natal?

( ) Sim

( ) Não

4.3 – Você participou de algum curso a Distância (EaD)?

( ) Sim

( ) Não

4.4 – Você conhece as condições de estudo dos cursos à distância?

( ) Sim

( ) Não

4.5 - Acha interessante participar de um curso de Extensão à Distância voltado para questões ambientais?

( ) Sim

( ) Não

4.6 - Você teria condições de reservar um tempo diário para desenvolver suas atividades num curso à distância?

( ) Sim

( ) Não

4.7 - Você participaria de um curso à distância em que precisasse estudar sozinho (a) apenas com a orientação do seu tutor na maioria das vezes?

( ) Sim

( ) Não

4.8 – Você domina os recursos tecnológicos?

( ) Sim

( ) Não

4.9 – Você tem computador em casa?

( ) Sim

( ) Não

5.0 – Você acha que o uso da TICs nas aulas contribui no processo de ensino e aprendizagem?

( ) Sim

( ) Não.

OBS: O item 2 que trata dos dados da escola, só será considerado caso o questionário seja aplicado nos professores da escola anexo. Caso não seja assim, será retirado, certo?